



# Anais da Assembleia

Nº 35

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 48ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1976 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Leopoldo Jacomel, Secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Luiz Carlos Zuk.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 02/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Agudos do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 22/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 13/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Capitão Leônidas Marques, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 28/76 e 29/76.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1976 TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Rosário Pitelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar, a presença neste plenário, do Sr. Edgard Valente, ex-Prefeito municipal de Bela Vista do Paraíso.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta presidência com a devida aprovação do Plenário, consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Margarida Zagonel Slaviero, ocorrido em data de 25 do corrente, nesta Capital.

A extinta era membro de tradicional família paranaense e seu passamento causou grande consternação.

Requer igualmente que este ato seja comunicado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) DAVID FEDERMANN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor à TELEVISÃO PARANAENSE — CANAL 12, por voltar a retransmitir os programas da REDE GLOBO DE TELEVISÃO, em cujo esquema já havia participado na qualidade de pioneira em nosso País, característica que já a distinguiu, anteriormente, como a primeira emissora a levar sua imagem aos lares do Paraná.

A Rede Globo de Televisão, por seu turno, reconhecendo a pujança de nosso Estado, entendeu a necessidade de continuar prestigiando o telespectador do Paraná, bem como a emissora que introduziu aqui a reconhecida qualidade de sua imagem e prestigiada programação.

O esforço das direções da Televisão Paranaense — Canal 12 e da Rede Globo de Televisão, no sentido de continuar atendendo o grande público de nosso Estado, deve ser louvado, motivo pelo qual apresentamos a presente proposição, solicitando que dela seja dada ciência aos jornalistas FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO e ROBERTO MARINHO, homens que estão à frente dessas conceituadas empresas.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, voto de congratulações ao Exmo. Sr. Antônio de Paiva Cantelmo, M. D. Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, pelo êxito alcançado durante a XV Exposição Nacional de Suínos, IV Exposição Regional de Indústria e Comércio e II Exposição Regional de Bovinos, bem como, pela inauguração e entrega aos usuários do Aeroporto Municipal daquela cidade.

### JUSTIFICATIVA:

1 — As Exposições que vêm se realizando na cidade de Francisco Beltrão, de alguns anos para cá, modificaram enormemente a economia de toda a região, especialmente no que diz respeito à sua principal atividade econômica — a suinocultura;

2 — Hoje se pode afirmar que graças à conjugação de esforços de criadores, autoridades e técnicos, o Sudoeste Paranaense se constitui na principal região suinícola do País, haja visto, os resultados alcançados por granjas da região durante a XV Exposição Nacional de Suínos;

3 — Por outro lado, facilmente se constatou a melhoria da Indústria e Comércio em relação às últimas exposições. A qualidade dos produtos expostos e a quantidade de “stands” demonstraram, quão acertadamente, andou o Executivo Municipal ao promover o encontro dos homens ligados àqueles setores;

4 — O número de bovinos comercializados, cerca de 100 por cento a mais em relação à última feira, demonstra, de outra parte o interesse dos pecuaristas por este novo setor na região;

5 — Finalmente a inauguração do Aeroporto Municipal, totalmente asfaltado e considerado um dos melhores do interior do Estado, fruto da união de esforços do Governo Federal, em especial do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná e da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, do Governo Estadual e dos Governos Municipais da Região, se constitui em evento marcante para a nova posição político-social e econômica daquela área paranaense.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, do voto de regozijo à revista “VEJA”, pela publicidade, em sua edição sob número 399, da reportagem “OS CRIMES SEM CASTIGO”, em que analisa, com profundidade e baseada em dados colhidos em diversos Estados brasileiros, a caótica situação do trânsito e a falta de medidas coercitivas que impedem o solucionamento do problema.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Editor e Diretor da Revista, Sr. Victor Civita.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em REGIME DE URGÊNCIA o Projeto de Lei nº 07/76, que objetiva dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 3, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

### JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 07/76, trata da incorporação aos proventos de inatividade do pessoal da Polícia Civil, da gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral.

Essa matéria vem a complementar, portanto, o Projeto de Lei nº 06/76, já incluído na Ordem do Dia, e que tramita em regime de urgência.

Tratando-se de dispositivos correlatos, oriundos de mensagens governamentais, da mesma época, seria interessante que ambos os projetos fossem apreciados simultaneamente, para melhor orientação dos Senhores Deputados e para que possa haver coincidência de data na vigência das Leis.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que, ouvido o plenário e,

Considerando que no dia 1º de maio próximo vindouro, o Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel decretará novos níveis salariais para os trabalhadores brasileiros;

Considerando que, segundo está anunciando a imprensa falada e escrita, o aumento salarial estará em torno e não além de 50 por cento;

Considerando que esse aumento, se ocorrer, apesar de ser um dos mais altos já verificados no Brasil, infelizmente, não atenderá ainda as reais necessidades dos trabalhadores, tendo em vista que já estará anulado pela inflação de 1º de maio de 1975 até a data da efetiva concessão, subsistindo assim o drama da classe daí para frente, até que seja feita nova revisão salarial.

Sendo assim, urge que o aumento seja de 70 por cento sobre o maior salário vigente no País, além de que, seja único para todos os Estados da Federação, pois parece que desse modo haverá uma motivação, para que o trabalhador não só permaneça, como procure trabalho no interior, onde o custo de vida é mais acessível, desafogando as grandes metrópoles e evitando problemas sociais.

Essas medidas, parece trazer, como consequência, motivação para que o empregador, dos grandes centros, se veja na contingência de pagar melhor salário, além de propiciar a qualificação do trabalhador.

Paralelamente, urge que seja congelado o preço da habitação, eventualmente fornecida ao trabalhador, a qualquer título, pelo empregador, a fim de ser evitado que o aumento salarial seja iludido por majoração dessa natureza.

Por outro lado, considerando o impacto que necessariamente sofrerão as empresas, medidas, parece, devem ser tomadas no sentido de dar condições a quem paga, face os encargos, não só pelo aumento do salário, mas outros que virão em decorrência, que se não forem prevenidos, poderão gerar crise no setor empresarial.

Dentre as medidas, sugere-se:

a) que o Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre Circulação de Mercadorias sejam calculados sobre 70 por cento do valor da operação;

b) que seja permitido deduzir como despesa da pessoa jurídica, 50 por cento do Imposto de Renda;

c) que todos os encargos sociais, inclusive Fundo de Garantia por Tempo de Serviço seja dilatado o seu prazo de reco-

lhimento, a partir do 13º mês, inclusive, em doze (12) parcelas, sem qualquer acréscimo;

d) que, todos os débitos das empresas, parcelados, inscritos em dívida ativa, ajuizados, tenha suspensa a sua exigibilidade pelo prazo de 90 dias, sem qualquer acréscimo, exceto as obrigações normais.

Finalmente, seja feita abertura de crédito especial às empresas, através, as redes bancárias, oficiais e particulares, com recursos do PIS e FGTS, para resgate em 12 meses, com juros mínimos.

Diante do exposto, com o devido respeito que merece o Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, seja enviado apelo no sentido de ser estudada a viabilidade de colocar em prática a presente sugestão que parece, virá dar tratamento, não só aos trabalhadores, mas às próprias empresas, compatível com a atual conjuntura econômica e social do Brasil.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno da Casa, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transporte, no sentido de que seja providenciado o alargamento da estrada que liga Piên a Pangaré, no município de Quitandinha, via Campo Novo, em virtude da precariedade em que se encontra a referida via cascalhada e o aumento constante de movimento que vem se verificando por ela.

Em face do referido movimento que vem trazer danos ao solo cascalhado, requer outrossim, que sejam efetuados reparos no trecho aludido.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista a acentuada expansão demográfica da VILA NOSSA SENHORA DA LUZ, comunidade integrante da Metrópole Curitiba, visto ser a referida Vila, uma composição de desenvolvimento notável em todas as áreas de atividades, principalmente no comércio e indústria, vem requerer a VOSSA EXCELENCIA, após ouvido o plenário, encaminhamento de ofício ao Digníssimo Diretor do Banco do Estado do Paraná, solicitando seus bons ofícios no sentido de que seja instalado naquela localidade, no mais curto espaço de tempo possível, uma agência desse Organismo de crédito.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista ser o município de Wenceslau Braz, uma área de produção agrícola e pastoril das mais importantes da região, cuja economia movimenta ótimo comércio do centro e nos distritos, vem mui respeitosamente requerer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Diretor do Banco do Estado do Paraná, pedindo providências no sentido de que se faça instalar na sede daquele município, uma agência, desse organismo creditício.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que

lhes são conferidos por lei, e tendo em vista o crescimento vertiginoso da população entre as duas VILAS "SÃO JORGE e NOSSA SENHORA DA LUZ", vem requerer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Digníssimo Senhor Diretor da COPEL, encarecendo a urgente iluminação pública das vias principais que ligam as referidas vilas.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Encaminha sugestão ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando o asfaltamento da Estrada Velha, que liga Curitiba-Araucária.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, nos direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista o movimento intenso cujo aumento se faz notar de dia para dia, na artéria conhecida por Estrada Velha CURITIBA - ARAUCÁRIA, após ouvido o Plenário, requer de Vossa Excelência, o envio do presente requerimento de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Saul Raiz.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer à TELEPAR a instalação de um posto telefônico permanente na Vila Nossa Senhora da Luz.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista a população sempre crescente daquele bairro metropolitano, contando hoje com milhares de famílias ali residentes e tendo em vista ainda a não existência de postos telefônicos para o uso permanente "DIA e NOITE", vem requerer à Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, se oficie à TELEPAR, solicitando providências no sentido de que seja atendido o que requeremos.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Faivro Busato, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a instalação de Posto de Saúde no distrito de JUVINÓPOLIS, município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O distrito acima, situado a 50 quilômetros de Cascavel, conta com aproximadamente quatro mil habitantes, dos quais 90 por cento são agricultores e, como ocorre de modo geral com o homem do campo da região oeste, há muita dificuldade em locomover-se até a sede do município para buscar recursos destinados ao tratamento da saúde. Talvez em razão do excesso de pessoas carentes de recursos que naquele distrito sanitário procuram tratamento de doenças variadas, Cascavel não dispõe de condições de atendimento adequado aos interessados.

O problema maior, em regra, é que o número de pessoas nas filas, quase todas residentes na área urbana, condiciona os habitantes do interior a uma espera que os impede de se submeterem, visto que estão vinculados ao horário do seu meio de transporte.

Por outro lado, a distância e os meios de locomoção impossibilitam que o agricultor se desloque para a sede municipal, sem levar em conta prejuízos e dispêndio de tempo com viagens reiteradas, ocasionando consequências danosas para a produção.

Assim, atendendo a diversos apelos daquela população, espera-se que essa Secretaria, dentro do elevado espírito público que sempre caracterizou o seu titular, acolha este pedido, proporcionando àquele povo esse tão esperado e justo benefício.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

## CONSIDERANDO

1. O alarmante número de acidentes de trânsito verificados em nosso Estado, e, muito particularmente em Curitiba, onde, conforme dados estatísticos, só em 195, setecentas quarenta e seis pessoas perderam a vida;

2. A tendência - tendo em vista o aumento de veículos em se superar, este ano, o inslido recorde;

3. A falta de adoção de medidas que visem alterar o trágico panorama, de modo prático, imediato e objetivo;

4. Os inestimáveis prejuízos decorrentes de mortes, hospitalizações e danos materiais;

5. A necessidade de se posicionar, de forma adequada e coerente o Poder Legislativo em torno de tão lastimáveis ocorrências,

## REQUEIRO,

regimentalmente, nos termos da legislação vigente, a constituição de uma Comissão Especial, integrada por 5 (cinco) Senhores Deputados, para, ao final de 60 (sessenta) dias de sua instalação, oferecer subsídios e sugestões, visando minorar o terrível problema.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET.

O SR. PRESIDENTE (*Del Ciel*) - Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos no dia de hoje, sem qualquer comentário a não ser o que constar do texto, apresentar o requerimento pedindo informações ao Sr. Secretário da Educação e da Cultura, sobre a situação funcional e sobre o pagamento de vencimentos de professoras do curso noturno, do Grupo Escolar Hosken de Novaes, de Londrina.

O requerimento, na íntegra, é o seguinte: (*le*).

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e da Cultura, com base no que dispõe o art. 20, § 2.º da Constituição do Estado do Paraná.

Preliminarmente, relataremos os fatos que determinam o presente pedido.

1. No Grupo Escolar Hosken de Novaes, localizado no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina, está funcionando um curso de Educação integrada, que corresponde ao ensino primário para adultos, em tempo reduzido, com 232 alunos inscritos.

As aulas são ministradas por sete (07) professoras, sob a coordenação de uma diretora.

A autorização para funcionamento desse curso foi dada pela Secretaria da Educação e da Cultura, através da Inspetoria Regional de Ensino sediada em Londrina.

2. Ocorre que, até o presente momento, nenhuma dessas professoras recebeu qualquer espécie de vencimentos por esse trabalho, como também a Diretora, que ali está há cinco (5) anos, não recebeu a gratificação a que tem direito.

3. Para iniciar a prestação desses serviços as professoras mantiveram entendimentos com o Prof. TARCISO MARTINS,

Inspetor Regional de Ensino em Londrina, que lhes garantiu, na ocasião, uma remuneração mensal de Cr\$ 630,00 (seiscientos e trinta cruzeiros).

4. As professoras já há dois meses trabalham e há dois meses não recebem e não sabem quando receberão.

5. A situação é extremamente grave para os alunos e professores.

As professoras moram em regiões distantes do local de trabalho e são obrigadas a suportar as despesas com transporte, mesmo sem o pagamento dos seus vencimentos.

Todas trabalham durante o dia e vão ministrar essas aulas, muitas vezes, sem tomar o jantar.

6. Em um dos últimos encontros havidos, o Inspetor Regional de Ensino afirmou que, se não houvesse logo uma definição quanto ao pagamento dos vencimentos, as professoras poderiam deixar de lecionar.

Essa afirmativa surpreendeu-as e deixou os 232 alunos apreensivos.

Em outro encontro, teria dito aquele Inspetor que pretendia propor um convênio com o Município de Londrina, para que este respondesse pelo pagamento da metade dos vencimentos.

Essa proposta não houve e, se houvesse, não haveria porque ser aceita pelo Município, que tem contribuído para o ensino estadual, em seu território, mais do que o próprio Governo do Estado.

Todos os imóveis para construção de estabelecimentos de ensino do Estado têm sido adquiridos e doados pelo Município.

Ainda agora a Prefeitura de Londrina se dispõe a aceitar o pedido do Estado e participar com todos os imóveis para a construção de novas escolas programadas.

7. Acontece que aquelas professoras, além de abnegadas, são responsáveis.

Mas não pretendem e não podem continuar sendo preteridas em seus direitos e desconsideradas em sua dignidade.

Pois que na última sexta-feira foram surpreendidas com a ausência do Inspetor Regional de Ensino justamente na hora da audiência por ele designada para tratar do assunto.

8. Eis porque, para definição da sua situação funcional e para solução do problema do pagamento dos seus vencimentos, requeremos que o Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura preste as informações pretendidas através das perguntas adiante formuladas, tudo sob as penas da lei.

Eis as perguntas:

1)- Quais as razões que impediram, até o momento, o pagamento dos vencimentos das professoras que ministram aulas no curso noturno, de Educação Integrada, no Grupo Escolar Hosken de Novaes, localizado no Jardim Bandeirantes na cidade de Londrina?

2)- Qual o valor exato do vencimento que perceberá cada professora?

3)- Quando se fará o pagamento dos vencimentos atrasados e a partir de quando terão aquelas professoras os seus vencimentos pagos com regularidade?

4)- Porque há cinco anos não se paga a gratificação a quem tem direito a Diretora do curso noturno daquela Escola? Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976".

É este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que submeteremos à apreciação do Plenário.

Muito obrigado.- (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Del Ciel*) - Esta Presidência, antes de dar continuidade ao Pequeno Expediente, registra, com

satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Rolin Gonçalves, ex-Prefeito de Jundiá do Sul e do Sr. Jorge Ferreira de Mello, ex-Prefeito do município de Saporema.

Com a palavra no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lendo rapidamente os jornais de hoje, para evitar que tenhamos de analisar este mesmo jornal, a situação por exemplo, da TELEPAR em relação à TELEBRAS, é que nós viemos à tribuna para alertarmos a esta Casa sobre dois fatos importantíssimos, para o nosso Estado, a TELEPAR, tão debatida nesta Casa, hoje pertence ao Governo Federal, a TELEBRAS, em 62, 33 por cento enquanto que a Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul pertence ao Governo Federal em apenas 0,11 por cento.

Vejam os Srs. Deputados a diferença de tratamento do Governo Federal para com o Paraná.

Aquilo que dá lucro, a TELEPAR, é encampado pelo Governo Federal.

Aquilo que leva dinheiro dos cofres públicos, como as Universidades Estaduais, é federalizado no Rio Grande do Sul e, no Paraná, se diz ser impossível tal federalização.

O que dá lucro é para os gaúchos; o que leva verbas e mais verbas, para os paranaenses.

Mas, Sr. Presidente, é um fato passado e, para que não se repita, quero alertar a Casa para uma outra manchete do mesmo jornal.

“Calmon deseja capital externo”.

“A propósito, o presidente da PETROBRAS, General Araken de Oliveira, disse que o Brasil precisará instalar um novo polo petroquímico a cada três anos, a partir de 1982, quando entrar em operação o polo gaúcho.

O general citou como possíveis sedes dos novos polos os Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagoas”.

Para que os jornais do Paraná amanhã não digam que a Assembléia Legislativa se isentou do problema, é que estou alertando.

Há possibilidade de novos polos petroquímicos e, se perdermos para Alagoas, não empataremos nem com o Piauí.

O terceiro fato econômico importante é que a “base do cálculo do ICM do soja será reduzido em 23 por cento”.

Sr. Presidente, em reunião que se está realizando, inclusive com a presença do Secretário de Finanças do Estado do Paraná, o Governo Federal quer tirar os problemas por eles gerados, nas costas deste Estado.

Para possibilitar o ganho de três cruzeiros e alguns centavos por saca ao produtor, está diminuindo em 23 por cento a base do cálculo do ICM para o soja.

E isto representará um prejuízo ao Estado de alguns milhões de cruzeiro, para que os Estados importadores possam importar, e terem divisas para importar mais, enquanto que nós, meros exportadores, teremos que fazer uma infraestrutura sem dinheiro.

Está na hora, Sr. Presidente, do Estado do Paraná se erguer contra os descabimentos da União e o Rio Grande do Sul é que dá o pioneirismo nisto, quando advogou, no II Congresso Nacional de Administração do ICM, a criação do Fundo Nacional de Ressarcimento de Benefícios Fiscais - ICM, com recursos provenientes da arrecadação de impostos sobre importação. Repito, para que amanhã não sejamos acusados de não nos interessarmos pelo problema econômico deste Estado.

Está aí uma nova política petroquímica.

Está aí, mais uma vez o saque às finanças deste Estado, para beneficiar os produtores, é verdade, mas é como tirar da mão de um e dar para outro.

É o dinheiro do Estado que se está dando ao produtor, quando este dinheiro deveria ser subsidiado pelo Governo Federal.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, no Pequeno Expediente.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Curitiba tem sido a cidade-piloto para lançamento de produtos no mercado brasileiro, pois conforme pesquisas realizadas pelas maiores organizações publicitárias do País, a Capital do Paraná, pelo tipo de população que aqui reside, representa a síntese da opinião pública brasileira.

Obviamente, Curitiba não pode fugir também aos lugares comuns dos problemas brasileiros, entre os quais situamos a educação, a nutrição e o status social.

É neste último aspecto que pretendo, hoje, concentrar a minha opinião e o meu apelo, pois Curitiba vive hoje, o drama das favelas e seguindo a sua tradição de cidade-piloto, se prepara para dar ao Brasil um exemplo de solução rápida e eficiente para este problema que consideramos dos mais graves para a sociedade brasileira.

A favela, num Estado como o Paraná, de infraestrutura agrícola e pastoril, é uma das consequências do êxodo da população rural para as metrópoles.

O Paraná foi e continua sendo, em suas terras agrícolas mais importantes, uma espécie de El Dorado procurado por brasileiros de todas as regiões do País, na busca da aquisição de terras roxas do Norte, no fértil vale do Ivaí-Piquiri, no Oeste-Sudoeste do Estado, trazendo com isso, maior progresso e desenvolvimento da lavoura e da agricultura.

A par do desenvolvimento do Setor Agrícola, desenvolve também a indústria e o comércio, que proporcionam a grande fonte de trabalho para o povo e um aumento substancial da receita pública do Estado e da Nação.

Tivemos oportunidade, de nos referir, daqui desta tribuna, que o nosso Governo deveria planejar para que essa riqueza seja melhor distribuída, com planos que atendam a pobreza, dando melhores e maiores condições de moradia, saúde, educação e inclusive profissionalização.

Para que os filhos dos menos favorecidos, amanhã, quando adultos, tenham também maiores oportunidade e possam formar famílias que se integrem aos demais brasileiros no trabalho de desenvolvimento e progresso da Nação.

Assim, haveremos de alcançar a independência política e econômica do nosso Brasil, bem como, a solução de todos os problemas sociais do povo brasileiro.

Eis que, há poucos dias, para felicidade de todos nós, tivemos oportunidade de ver publicado em nossos jornais, que o Prefeito Saul Raiz, assinou o primeiro convênio com o BNH, para iniciar o desfavelamento de Curitiba, como cidade que se antecipa na solução dos problemas de interesse público e humano.

Temos certeza de que, com o desfavelamento, proporcionando boas habitações, escolaridade para todos os seus filhos, com a construção de salas de aulas para serem matriculados na idade escolar, e a oportunidade de se profissionalizarem, além de mudarmos o aspecto da nossa cidade, iremos proporcionar a formação de uma sociedade melhor, com condições de vida digna e humana.

Por isso, queremos nos congratular com a feliz iniciativa do nosso Governo, e com o Prefeito Saul Raiz, em procurar solucionar tão grave problema que aflige nosso povo.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Deputado Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Firmamos como princípio pessoal só usarmos desta tribuna para assuntos que sejam de vital importância para o desenvolvimento do nosso Estado e para o aprimoramento do regime democrático.

Temos tido, para com o Governador do Estado, todo respeito e toda consideração que ele merece como pessoa e como primeira autoridade em nosso território.

Porque assim sempre acreditamos que deva ser e porque a lei manda que assim seja, , confiamos que o Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Júnior haveria de dirigir a administração estadual como Governador de todos os paranaenses, com isenção de ânimo e com espírito de justiça.

O Paraná não tem partido.

O Senhor Jayme Canet Júnior, como cidadão, pode e deve ter partido.

Mas o Governador do Estado, no exercício de sua função, não pode ter partido, porque está obrigado a manter o respeito e a segurança como autoridade e a serenidade como magistrado.

Ocorre, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que estamos em um ano eleitoral.

Em todos os municípios do Brasil e, portanto, em todos os municípios do Paraná, teremos oportunidade, em novembro, de escolher os novos Prefeitos e os novos Vereadores.

Ambos os partidos estão se preparando, com entusiasmo, coragem e confiança, para esse salutar embate democrático.

E é necessário que assim seja.

Acontece que, instalando precipitadamente e intempestivamente um clima emocional de campanha em todo o Estado, o Senhor Governador tem cometido deslizos e praticado atos ilegais, como já se denunciou desta tribuna e como todos os paranaenses têm tido conhecimento.

Agora, trago a prova do delito.

No último dia 13 de fevereiro, o Governador Jayme Canet Júnior visitou a cidade de Palotina, acompanhado pelos Secretários dos Transportes e do Interior, pelo Chefe da Casa Militar e por assessores.

Foi ali recebido por Deputados, Prefeitos, Vereadores e dirigentes da Arena.

A finalidade da sua visita seria a de ver de perto o ritmo de trabalho da estrada Palotina - Toledo e outras da região.

Ofereceram-lhe uma recepção no prédio da Câmara Municipal, que foi transformada em verdadeiro comício.

O Governador falou e falou só de política.

O relato de sua visita foi dado no dia seguinte (14 de fevereiro de 1976) pelo jornal local "PIONEIRO".

Eis as suas palavras, segundo transcrição daquele jornal, que até hoje não foi desmentida:

"FALANDO aos presentes o Governador prometeu apoio às obras municipais e disse - dou dinheiro para escolas, estradas, mas dou dinheiro para Prefeito do meu Partido, do outro eu não dou. A Arena é o meu Partido. Se não é um Prefeito da Arena não é companheiro meu, Prefeito da Arena é meu homem de confiança, juntos trabalhamos para o progresso e desenvolvimento do Estado. E ainda falou:

O Governo está ao lado de Palotina, amparando, ajudando qualquer agricultor que tenha vontade de produzir, ele terá o apoio total do Governo, é no financiamento, é na assistência.

É uma ajuda total."

Ao lado dessa demonstração de que não tem espírito democrático e nem respeito pela vontade do eleitor paranaense, que há de votar livremente, o Governador do Estado deixou claro que está entendendo como seu o que pertence ao

Estado. A não ser que pretenda distribuir o seu patrimônio pessoal, que sabemos ser vasto, não poderia o Senhor Governador usar a expressão "dou dinheiro para Prefeito do meu Partido".

Essa promessa, essa ameaça, ele fez como Governador do Estado.

Como autoridade administrativa.

Como servidor público.

Assim fazendo, ele cometeu crime eleitoral.

É que o Código Eleitoral (Lei n.º 4737, de 15 de julho de 1955), ao definir os crimes eleitorais, estabelece no Art. 299:

"Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita".

A pena prevista para o autor desse delito é de reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias - multa.

No artigo 300, dispõe:

"Valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou Partido:

PENA — detenção até seis meses e pagamento de 60 a 100 dias - multa".

E finalmente, o artigo 301 define como crime eleitoral:

"Usar de violência ou GRAVE AMEAÇA para coagir alguém a votar, ou não votar em determinado candidato ou PARTIDO, ainda que os fins visados não sejam conseguidos".

A pena estabelecida para o autor desse crime é de reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias - multa.

Porque sou um homem que cumpre e respeita a lei, acho que estou na obrigação de colaborar para que a lei seja respeitada e cumprida por todos os cidadãos, mas também pelas autoridades.

Sei, também, que, de acordo com a lei, qualquer eleitor poderá provocar a responsabilização criminal do autor de qualquer delito eleitoral, se essa responsabilização não for determinada de ofício.

Eis porque venho publicamente denunciar a prática de delitos eleitorais por parte do Senhor Governador do Estado e comunicar que me dirigirei à direção do meu Partido, solicitando as providências cabíveis para a instauração do competente processo criminal perante o Tribunal competente."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas, em ligeiras palavras, quero encaminhar à Mesa dois requerimentos, dos quais me permito a liberdade de ler apenas a súmula.

O primeiro deles requer, seja apreciado em regime de urgência o Projeto de Lei n.º 7/76, que objetiva a nova redação do art. 77, e parágrafos do Estatuto da Polícia Civil do Estado, objetivando a incorporação aos proventos de inatividade do pessoal da Polícia Civil da gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral.

O segundo deles está pedindo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Juvenópolis, mas que seja um posto de saúde que funcione e não como aquele de Santa Tereza, Distrito de Cascavel, que foi feito pela comunidade, inaugurado, com enorme aparato, pelo Sr. Secretário de Saúde deste Estado, e, no entanto, não funciona.

O que me traz propriamente à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é estranhar que apesar de se pregar a democracia, de se pregar respeito à lei por todos os cantos do Estado quando das viagens do Sr. Governador, acabo de ouvir do nosso Deputado da Oposição, Ernesto Dal'Oglio, que o Sr. Governador do Estado anda pregando a discórdia.

Isto foi o que pude deduzir das palavras do Deputado Ernesto Dal'Oglio.

Fala-se em subversão, fala-se em muitos problemas ligados a esta palavra, no entanto, o mandatário máximo do Estado falar que só atende Prefeitos da ARENA, que só atende Prefeitos companheiros seus, pelo que eu pude perceber, para nós outros que temos, quem sabe até as primeiras condições de acesso ao léxico brasileiro, podemos entender que esta palavra "subversão" poderia ser também aplicada à S. Exa.

Lamentável por outro lado, que, a imprensa, cumprindo o seu pspel, vêm publicando episódios lamentáveis de parlamentares do Parlamento Federal, da Câmara dos Deputados; subtraem projetos propostos pelo MDB, projetos que têm repercussão direta ao interesse do trabalhador neste País.

E ocorre que a notícia que os jornais nos dão conta, é de que, parlamentares menos escrupulosos assumem a autoria de projetos, como ocorreu - até com lágrimas derrubadas pelo Deputado Antônio Brizolin - quando ele propôs a isenção de autorização em regime de funcionamento aos moinhos coloniais. Este projeto, apesar de apresentado em 73 pelo Deputado gaúcho, e eu falei aqui neste Parlamento e não houve contestação, agora lembro que o Deputado Secretário Geral do Partido situacionista tomou a dianteira, apresentou um outro projeto, culminando então com a postergação da apreciação do plano de lei apresentado pelo Deputado do MDB.

No jornal de 25 do corrente, domingo passado, o DIÁRIO DO PARANÁ, retrata-se de um episódio quase jocoso, de que, um Deputado do Rio Grande do Sul, outra vez, Alexandre Machado, apresentou um projeto de lei objetivando o mesmo propósito do já apresentado por Alceu Colares, um dos grandes parlamentares gaúchos do Parlamento Federal, a respeito da legislação que trata do inquilinato, que tem uma repercussão profunda no meio social do País.

Deixo, por falta de tempo, de fazer a leitura do que retrata, o DIÁRIO DO PARANÁ mas, apenas para lembrar que os parlamentares vão discutir a autoria do texto de um substitutivo à Mensagem do Executivo que consolida a legislação sobre o inquilinato. (Lê):

"Tem sido um acontecimento frequente, aceito passivamente pela maioria dos Deputados, episódios como este."

Então é de se lamentar que trabalhos profundos, levantamentos, estudos e análises sejam feitos por Deputados da Oposição e, através de um jogo - que eu quero me adiantar, numa apreciação de ordem pessoal um jogo que talvez a Mesa pudesse sobrestar, tanto de lá como daqui; daqui, até eu faço uma referência, não irá fazê-lo se não estivesse presente S. Excelência....

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta presidência adverte o nobre orador, que o seu tempo está esgotado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, eu concluirei.

... que, no dia 9 de abril corrente apresentei à mesa e a este plenário, um requerimento objetivando o tratamento, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei n.º 30/76, que está na Ordem do Dia, depois de S. Exa. o Sr. Presidente solicitar que se tratava de uma mensagem com prazo constitucional, haveria a dispensabilidade do requerimento.

E ontem aqui foi aprovado um requerimento, de autoria de um Deputado da ARENA, pedindo que fosse apreciado, em Regime de Urgência, e não foi feito o mesmo pedido.

Eu assenti naquela oportunidade por uma questão até de ética, e no entanto, ontem foi aprovado por este Plenário. Eu evitei ontem, um diálogo a respeito para trazer também

a contumácia, e não faço referências desairosas ao Deputado, que eu estou convencido de que, apresentou, desconhecendo o assunto.

Mas para evitar que esta contumácia desairosa se instale, e que se implante uma discussão, uma polêmica em torno de assunto desta natureza, e também para se observar os mínimos preceitos de ética, não só do Parlamento, mas na inter-relação parlamentar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) - Concedo palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, no Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que o subterfúgio tem sido nestes últimos dias o palavrear da situação do Partido do Governo.

E se analisamos desta forma, é porque verificamos a todo instante, que este País vem se transformando numa casa sem dono; a responsabilidade dos homens de governo, parece não mais existir.

Hoje, falo sobre a FUNRURAL, este organismo que arrecada 2 e meio por cento de toda a produção, do trabalho, advinda do calo da mão do homem brasileiro.

O trabalhador da agricultura, principalmente, ao vender o produto de seu sacrifício ao comércio, ele reserva compulsoriamente 2 e meio por cento para a FUNRURAL.

Este organismo previdenciário do trabalhador da lavoura, que tem como obrigação fundamental dar atendimento social à classe e dar acima de tudo, dentro do regulamento estatutária, a aposentadoria quando este trabalhador se encontra inválido ou numa faixa de idade equivalente. Entretanto, o que está acontecendo neste País, principalmente no meu Paraná, é que a FUNRURAL não atende, não está atendendo e tem um caso recente onde se pode verificar que: depois de declarado pelo patrão, o lavrador com firma reconhecida, negaram o provimento ao seu requerimento.

E esta declaração assinada por dois patrões devidamente inscrito no ITR para pagamento de imposto, devidamente inscrito no INCRA para recolhimento de tributos; devidamente assinado sob responsabilidade da Lei, foi negado a aposentadoria a um homem alquebrado do trabalho; a um homem aleijado do trabalho; a um homem sem condições físicas até para subsistir.

E nós sabemos, que a FUNRURAL vá verificar, que homens com boas condições e que nunca exerceram trabalho no cabo da enxada, bastando ser amigos do agente da FUNRURAL estão aposentados e recebendo a nível, a aposentadoria que esta FUNRURAL que constituiu um capital que está servindo para empréstimo até no exterior, recebem eles que nunca trabalharam na lavoura, enquanto nossos irmãos lavradores ficam a mendigar, vendo prevaricado um pedido justo, honesto de aposentadoria pelo FUNRURAL.

Há poucos dias encaminhei ao Diretor da FUNRURAL do Paraná, cujo nome não sei e nem estou com vontade de saber, uma carta pedindo encarecidamente que observasse o indeferimento feito a um trabalhador rural de nossa região, que viveu a vida toda da lavoura e que se encontra em condições e com direito à aposentadoria.

Nossa carta, respeitosa, encaminhada a este Diretor, nem recebida foi e teve um despacho verbal: "Carta de Deputado não recebemos, porque Deputado não vale o voto". É a falta de dignidade, de decoro, de respeito ao Poder representativo do povo, porque Deputado não é nomeado por ninguém, não é funcionário público - e não vai nisto nenhum desmerecimento mas não é cargo de emprego.

Deputado não é Governo que é nomeado neste instituto de poder de excesso ou de excesso de poder.

É lamentável que este País, esta terra de Santa Cruz, esta

Pátria de Deus esteja entregue aos desmandos, ao desrespeito, principalmente por parte destes homens que governam e recebem vencimentos arrecadados do suor do trabalhador do Paraná e do Brasil, e que nem sequer o respeita ou lhe dá atendimento.

Quero que conste dos Anais da Casa, Sr. Presidente, a minha manifestação de repúdio ao Sr. Diretor do FUNRURAL do Estado do Paraná. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Encerrado o Pequeno

Expediente, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria.

— Pausa —

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrarmos no verdadeiro motivo que nos traz a esta tribuna, queremos rememorar a este Poder Legislativo do Paraná, quando do testemunho dado nesta tarde, através de documentação que comprova o fato, rememorar um episódio nacional ocorrido no vizinho Estado do Rio Grande do Sul.

Estive na companhia de outra representação política aqui do Paraná e também com S. Exa. o Governador Jayme Canet Jr. no vizinho município de minha querida Ponta Grossa, Pirai do Sul, onde presenciei a fala do Sr. Governador, realmente em termos administrativos.

Falava ele em estradas, escolas, sistema telefônico a ser inaugurado, enfim, de atos administrativos seus, como também, rememorando aquele episódio nacional quando aqueles dois ilustres representantes do Rio Grande do Sul foram cassados pela Revolução, porque falaram, em diversas oportunidades, dentro daquilo que lhes é característico, dentro das representações políticas que ostentavam.

Quem sabe, S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet, levado pela emoção, pelos aplausos, recebidos em Palotina, também teve a mesma infelicidade de nossos dois ex-Colegas, cujas palavras os levaram à cassação, na Câmara Federal.

E queríamos que, agora, com o mesmo discernimento da Revolução brasileira, com a mesma análise feita àqueles dois ex-Deputados cassados pela Revolução, que também fosse feito no Estado do Paraná, a exemplo da dignidade da Revolução de 31 de março de 64, a mesma análise do comportamento do mais alto mandatário de nosso Estado, Jayme Canet Junior.

Acreditamos que S. Exa. levado pela emoção, pelos aplausos recebidos em Palotina, falou sem pensar. Estou me reportando às palavras inseridas num órgão de informações e trazidas aqui pelo ilustre Deputado Ernesto Dal'Oglio.

Então, acreditamos que esse mesmo tratamento deveria ser usado para todos. Todo cidadão quer seja governador, vereador, ou simples cidadão, teria direito à defesa.

Mas, infelizmente, nossos ex-Deputados do Rio Grande do Sul não tiveram esse direito de defesa quando dos pronunciamentos em Palmeiras das Missões.

Desejamos, sinceramente, para bem deste Paraná, de nossa gente e de nós mesmos, que não tenha sido verdade aquilo que foi inserido no órgão de informação, no qual baseou-se o ilustre Deputado Ernesto Dal'Oglio, e que separa ARENA e MDB. Acreditamos que não seja verdade, que S. Exa. não falou realmente, o que ali está inserido.

Mas, Srs. Deputados, estamos num ano de eleições. Ano em que S. Exa. se faz presente em quase todas as cidades do Estado.

Reclamamos a falta da presença de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, o ano passado, na Capital Cívica do Paraná.

Acreditamos que, este ano, S. Exa. para satisfação nossa e de nossa comunidade, S. Exa. se faça presente em Ponta Grossa, juntamente com seu secretariado, a fim de dar, àquela cidade,

as obras tão solicitadas, não só por este Deputado, mas também por nosso ilustre companheiro, Deputado David Federmann, pelo Sr. Prefeito Municipal, pela representatividade política da Princesa dos Campos, de toda a região. S. Exa. o Sr. Governador do Estado poderá dar à região dos Campos Gerais, uma amostra de sua administração.

Mas, que S. Exa. não chegue lá de mãos vazias, que não tente fazer aquilo que os pontagrossenses já conhecem, ou seja, uma política de fala, uma política de obras a serem executadas e não implantadas.

E é nessas circunstâncias, que estamos encaminhando requerimento ao Partido de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para o Partido que é nosso opositor lá na Capital Cívica do Paraná, tenha o que oferecer aos eleitores, tenha que dar mostras daquilo que sobrou em 74, que nós tivemos a felicidade de obter na querida Ponta Grossa, a soma de votos de todos os Srs. Deputados da ARENA dos 80 candidatos, sobraram votos ainda para nossa representação política.

Então, para que tenha crédito a ARENA, para que tenha crédito a administração pública do Paraná, para que tenha crédito a administração de Jayme Canet Junior, vou dar, em parte, minha colaboração política, mesmo em detrimento de minha legenda política, mesmo em detrimento de nossa campanha do MDB, mas em benefício de minha querida Ponta Grossa, estou apresentando neste douto plenário, um requerimento, para que o Sr. Governador do Estado se empenhe de corpo e alma para a recuperação arenista neste Paraná, para que ele tenha a recuperação da Princesa dos Campos, e região dos Campos Gerais. (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Governador do Estado Jayme Canet Junior, e ao Sr. Secretário de Segurança Pública Alcindo Pereira Junior, como se encontram os estudos realizados entre o Município e o Estado, concernente às obras de construção da nova Delegacia de Polícia e Cadeia Pública e o Instituto Médico Legal, como também uma nova instalação para o Detran em Ponta Grossa.

Solicitado por inúmeros Parlamentares desta Casa, reque requerido por diversos Srs. Prefeitos que passaram na Administração da Princesa dos Campos, pedido por todas as áreas da comunidade pontagrossense e até o instante nada ou quase nada de positivo conseguido por aquelas obras tão necessárias ao município e à região dos Campos Gerais.

Delegacia sem prédio próprio, e à altura da sub-divisão ali sediada, Cadeia Pública obsoleta e quase sem segurança, exumações de cadáveres e necrópsias sendo feitas nos passeios públicos ou então em cima de túmulos, apesar da boa vontade e dedicação dos médicos legistas, o abandono estadual de assistência a essa área é quase total, sendo necessária com urgência a instalação de um Departamento à altura, com meios adequados e capazes de ali se desenvolverem as peritagens, com uma instalação de um Departamento de Polícia Técnica para um melhor desempenho e uma melhor assistência aos que necessitam dos préstimos e laudos daquele Departamenro que somente atende na Capital do Estado e quando solicitado a comparecer ao município e à região onera os cofres públicos com o deslocamento de um pessoal e seu aparelhamento, e justo se torna essa instalação, pois viria de encontro à meta do Governo Federal, que é a economia administrativa já implantada pelo Governo Estadual, faltando à região dos Campos Gerais, esse benefício ser alcançado.

E quanto ao DETRAN, com suas paupérrimas e vergonhosas instalações, mais parecendo um depósito de ferro velho, que uma sede do Departamento de Trânsito, o Governo recolhendo grandes e polpudas quantias em dinheiro, através dos emplacements e emolumentos de taxas e nada dando em troca ou melhor nada devolvendo, a Ponta Grossa e a região dos Campos

Gerais, pois desde material de funcionamento, material humano, condições mínimas são oferecidas ao Chefe do 2º Ciretran, e com pessoal lá destacado, fazendo um esforço sobre-humano para atender como tem sido feito até agora, quase sem condições superando as falhas do Governo, o pessoal do Detran de Ponta Grossa dá o exemplo da dedicação e zelo para com a função pública.

Após convênio com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, é que o 2º Ciretran obteve veículos para o atendimento dos acidentes e para o desenvolvimento do seu trabalho externo e agora urgentemente se torna obrigação do Governo dar condições de funcionamento ao DETRAN de Ponta Grossa com novas instalações e com material de trabalho funcional à altura da cidade e da região.

Acreditamos no alto espírito democrático do Sr. Governador e Secretário que irão atender essa reivindicação que não é nossa, não é de Ponta Grossa, mas sim da região dos Campos Gerais, região essa que muito contribui com o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976."

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, para falar no Grande Expediente.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna tão somente para encaminhar um requerimento de informações ao Sr. Governador do Estado. Mas, não devo fazê-lo sem antes, pelo menos, de expender algumas considerações, sem antes declinar o meu ponto de vista, sem antes trazer, também, a intranquilidade e a aflição que está medrando no seio de toda uma comunidade.

Ocorre, Srs. Deputados, que, por iniciativa do Poder Público Municipal da cidade de Bandeirantes, parece ter batido às portas do Palácio do Governo reivindicações no sentido de transformar aquele município em estância hidromineral.

Até aí, Srs. Deputados, não haveria porque se cogitar de angústias ou de preocupações; até aí, Srs. Deputados, não haveria porque se cogitar de sobressaltos. Ocorre que de posse, Sr. Presidente, da exposição de motivos, que acompanha o pedido do Sr. Prefeito Municipal, se vê, por falta de maiores elementos, por falta de maior endosso técnico, por falta de estudo substancial, se vê, repito, clara e flagrantemente, tão só, uma atitude apressada no sentido não apenas de transformar o município em estância hidromineral, mas de frustrar toda a intenção da comunidade.

É sabido, Srs. Deputados, que há tempo e há muito, o poder daquele município se encontra invariavelmente em mãos de um grupo político. Mas, com o caminhar do tempo, ao longo do tempo, a fonte de perenidade do poder parece estar esgotada, e então, a inteligência local engendrou a saída para perpetuar-se. Secada essa fonte, odes a uma bica d'água. Transformaremos o Município em estância, e fraudemos a expectativa do povo, e impeçamos que haja eleições.

Srs. Deputados, no Paraná ainda não se inaugurou este tipo de coisa. O Paraná ainda não assistiu a este tipo de ação. Querem, agora, inovar também isto.

Tenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um estudo da própria Prefeitura a respeito da potencialidade econômica e do labor daquele município. Aqui vejo, enumerado num extenso rol, uma fecunda e poderosa produção agrícola. Não declino para não cansá-los. Aqui vejo arrolada também uma série de empresas e de indústrias que ali exercem suas atividades. Aqui vejo, que Bandeirantes é o 14º Município de maior arrecadação do ICM do Estado. Aqui vejo, que a arrecadação municipal atinge a uma quantia generosa, no confronto com outros municípios do Estado. Mas aqui vejo também, lamentavelmente, e para os que conhecem esses lados, para os que conhecem a região, aqui

vejo uma modesta bica de água ser alteada à condição de grande estância, capaz de transformar a vida do município, capaz de mais enriquecer, capaz de incrementar o turismo, capaz de saciar a fome de progresso e de desenvolvimento.

Srs. Bandeirantes é conhecida como a Cidade do Açúcar e, realmente, tem adoçado a vida de uma meia dúzia; em contrapartida, agora também as autoridades municipais lhe emprestam um outro cognome, o de Capital da Alfafa.

Reservo-me, Srs. Deputados, para um pronunciamento mais substancial, se o caso vier a se materializar, se a questão vier bater à esta Casa.

Tenho, e vou ler, o requerimento de informações ao Sr. Governador do Estado. A Lei impõe a necessidade de respondê-lo. Poderá, S. Exa. responder ou não. O relacionamento com esta Casa dependerá do Sr. Governador. Entretanto, a realidade e a moralidade exigem que o Sr. Governador do Estado não envie, a esta Casa, iniciativa propondo a transformação daquele município, em estância hidromineral. (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e,

#### CONSIDERANDO:

01 — Que o prefeito Municipal de Bandeirantes informa ter encaminhado ao Poder Executivo Estadual exposição de motivos pela qual pleiteia a interferência do Sr. Governador do Estado para declarar o citado município como estância hidromineral;

02 — Que, tal solicitação estaria fundamentada no argumento de que, com o pleiteado, dar-se-ia ao Chefe Executivo o ensejo de inaugurar no Paraná a implantação de municípios sob tal condição;

03 — Que, a Prefeitura do Município de Bandeirantes, talvez com altos e pesados ônus para o erário municipal, contratou empresas e técnicos para elaborar pareceres que pudessem dar substância à pretensão, os quais porém não chegam a proporcionar uma definitiva conclusão técnica sobre a questão;

04 — Que, se de um lado, teoricamente, a legislação sobre a matéria pode oferecer algumas vantagens de ordem material (nem sempre obtidas ou implantadas), de outro lado, a lei é impositiva para suspender a autonomia política de municípios que ingressam nessa categoria;

05 — Que, tal fato deveria e deve levar as autoridades responsáveis a promover, cuidadosos e sérios estudos não só de ordem técnica mas também econômica, financeira e social, com todas as incidências que possam atingir a vida do município e da região, o que, não é revelado pela exposição de motivos da Prefeitura;

06 — Que, mais ainda, uma atitude de tal porte implica, necessariamente, em investimentos volumosos em obras e serviços, que pelo vulto não tem o município condições de arcar, o que levaria a crer fossem debitados à conta de participação do Estado, e quicá da União, os quais não têm, efetivamente, nada programado ou planejado neste setor;

07 — Que, fundamentalmente, a transformação que ocorreria com a cassação da autonomia política municipal, não pode passar despercebida e menos ainda ser relegada, devendo para tanto a pretensão, ao invés de percorrer caminhos pouco divulgados, ser ampla e profundamente debatida com o maior interessado na questão: o povo do município de Bandeirantes;

08 — Que, a transformação pretendida pela Prefeitura daquele Município, para alcançar condições de realidade deve merecer iniciativa de lei por parte do Poder Executivo, e aprovação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa do Estado;

09 — Que, o município de Bandeirantes não tem e jamais teve na fonte de água ali existente e denominada "águas de Iara", qualquer captação enfática de recursos, de modo a pouco ou insignificamente ter o empreendimento comercial lá localizado contribuído para o orçamento do Município; e, mais ainda, que

se trata de uma atividade privada que em nada ou quase nada tem concorrido para, sob qualquer aspecto, contribuir de forma exuberante para a vida municipal;

REQUER seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por inteiro teor do presente, o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

01 — O Executivo Estadual efetivamente recebeu da Prefeitura Municipal de Bandeirantes solicitação no sentido de declarar o aludido município como estância hidromineral?

- a) em que data foi encaminhado expediente?
- b) acompanhou-lhe exposição de motivos, informes, dados pareceres ou outros elementos e estudos técnicos?

02 — O Poder Executivo deu ou está dando guarida à pretensão, através de qualquer atitude que haja adotado?

- a) Que providências adotou?
- b) Há estudos técnico-sócio-geo-econômico a respeito?
- c) Que órgãos ou setores do Governo estão realizando trabalho sobre a questão?

03 — O Poder Executivo em caso de estar entendendo válida a pretensão, tem planejamento, relativamente ao assunto?

- a) Programou ou está programando a realização de obras e implantação de serviços necessários a dar viabilidade a uma nova condição para o município?
- b) Está ajustando ou tem ajustado contrato, convênio ou outra qualquer atitude com o Governo Federal com relação ao empreendimento?
- c) Em quanto montaria a despesa, a qualquer título, para o Estado do Paraná?

04 — A pretensão se baseia na existência de uma atividade particular de há muito explorada sem entretanto, envolver grandes ou consideráveis atividades, consubstanciada na existência de uma propriedade que detém o domínio das denominadas "águas de Yara". Fundamentalmente se baseia nesse fato o pleiteado pela citada Prefeitura, ou existem ou foram localizadas outras fontes ou outros elementos que possam alicerçar a pretensão?

- a) Possui o Poder Executivo levantamento das propriedades que envolvem a área onde se situa a fonte de águas?
- b) O Estado do Paraná, por qualquer de seus órgãos, investiu na aquisição de imóveis para posterior utilização em atividades correlatas?
- c) O que possui em área, naquele setor e naquele município os Poderes Públicos Estadual e Municipal?

Outrossim, requer-se ainda o envio de cópia de toda a documentação, laudos e pesquisas, pareceres e outros estudos até agora realizados sobre o assunto, bem como de informações complementares porventura existentes e capazes de melhor subsidiar o estudo da questão pela Casa.

Requer-se mais, dê-se ciência por inteiro teor deste expediente à Prefeitura e à Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976".

É este, Sr. Presidente, o pedido de informações que trago à consideração da Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em setembro e outubro do ano passado, a convite do governo americano, tivemos oportunidade, de participar, de assistir, e de verificar diversos aspectos da comunidade daquele País.

Já em outra ocasião, desta tribuna, afirmamos que o que mais chamou a atenção, nos Estados Unidos da América, foi o respeito à lei, por parte das autoridades constituídas. E justa-

mente em função deste respeito à lei, pratica-se naquele país, verdadeira democracia num clima de ampla e absoluta liberdade. Aduzindo que, não existe meia liberdade; ou há liberdade, ou não existe liberdade.

Ao lado do respeito à lei, da liberdade, da democracia, dentre tantas leis existentes naquela nação, uma delas também nos chamou a atenção e diz respeito à lei de trânsito imperante nos Estados Unidos.

Vejam os Srs. que em 1975, em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, foram assassinadas pelo trânsito nada menos que 746 pessoas. O mesmo fato se observou em outros municípios paranaenses e também nos demais estados da Federação Brasileira.

A revista "VEJA", desta semana publica uma ampla reportagem sob o título "Os Crimes Sem Castigo". Na realidade, isto infelizmente acontece em nosso País, pela inexistência de uma legislação objetiva e prática que possa ordenar os problemas relacionados com o trânsito no Estado e no País.

O motorista embriagado, dirigindo seu carro em excesso de velocidade, atropelando e matando uma, duas ou mais pessoas, como já aconteceu em Curitiba e em outros estados da federação brasileira, preso em flagrante, cinco minutos depois, mediante o pagamento de uma fiança estabelecida na elevada importância de seis mil cruzeiros, é colocado em liberdade e, provavelmente, não será julgado e, se o for, será absolvido, tendo em vista a fraqueza da legislação brasileira a este respeito. Como consequência, incentiva-se a prática de delitos de trânsito.

Reportando-me aos Estados Unidos, verificamos a legislação de trânsito de quatro Estados, diferentes uma da outra, mas se observa o seguinte:

Em termos de nação, ao início da crise internacional do petróleo, com o objetivo de promover a economia de combustível, a velocidade máxima nas "free-ways", das auto estradas com oito pistas de cada lado, foi reduzida para 55 milhas horárias, ou 90 km por hora.

Não houve economia de combustível, mas, em compensação, a partir daquele instante muito raramente se registrou acidente com morte. Em vista disso foi mantida a proibição de velocidade superior a 55 milhas, ou 90 km por hora.

Mas, nas estradas brasileiras, esburacadas, como por exemplo a importantíssima estrada que liga nossa Capital - a Capital de São Paulo, a congestionada estrada que liga Curitiba a Ponta Grossa, não se observa qualquer tipo de fiscalização e, quando se vê, fiscalização, está sujeita a críticas e sabem os Srs. como nós, por que.

Ao mesmo tempo, a punição imposta aos motoristas são mínimas, num verdadeiro incentivo à prática de delitos de trânsito em nosso Estado, em nosso País.

Um motorista nos Estados Unidos, que por exemplo, eventualmente venha a causar a morte de um pedestre ou a morte de uma pessoa envolvida no acidente, responderá por seu crime e dificilmente terá condições de dirigir automóvel outra vez em seu País.

Em Nova Iorque, por exemplo, cujas ruas, muitas delas não tendo a largura das ruas de Curitiba, porque é uma cidade antiga, não se vê congestionamento, nem veículo estacionado em fila dupla. E isso por uma razão muito simples: o motorista que, por três vezes, durante um ano, sofrer sanções do trânsito, ou parar em fila dupla, ou por ultrapassar sinal, ou por não respeitar a faixa de pedestres, ou sinal, ele terá sua carteira cassada e não dirigirá mais veículo até o final de sua vida.

Chamou-nos a atenção, Srs. Deputados, um fato noticiado num jornal da cidade de Nova Orleans, quando ali nos encontrávamos, e que duas crianças haviam sido atropeladas e mortas. no Estado de Washington, na Costa do Pacífico.

A notícia era manchete nacional.

Em Curitiba colocam o noticiário de acidentes de trânsito

nos locais de menor importância e com pouco destaque.

Só no final desta semana, Srs. Deputados, perderam a vida — para não dizer, foram assassinados — cinco pessoas, cinco vítimas da irresponsabilidade de motoristas. Irresponsabilidade essa que creditamos ao Poder Executivo não do Estado, mas nacional.

Porque, no sistema que vivemos, em que as determinações do Poder Executivo sistematicamente, são aprovadas pelo Congresso Nacional, até hoje, as nossas autoridades maiores não se lembraram de, em nome da segurança, em nome da tranquilidade da família brasileira, em alterar essa ultrapassada e decrépita Legislação de trânsito que ainda vige em nossa Nação.

**O Sr. Accioly Neto** — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, solicitei este aparte apenas para acrescentar a essa sua explanação uma informação que acredito, seja de interesse geral, por iniciativa do Senador Nelson Carneiro, tramita no Senado Federal, projeto de lei que define os delitos de trânsito e dá outras providências.

Esse projeto, na verdade, foi elaborado pela Seção Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, que, preocupada e atenta ao elevado número de delitos de trânsito, entendeu que deveria oferecer uma colaboração efetiva, do ponto de vista jurídico, ao Congresso Nacional, para que se entregasse à Nação Brasileira um sistema legislativo próprio para os delitos de trânsito.

Esse projeto que iniciou sua tramitação no ano passado, ainda não teve sua tramitação concluída, no Senado Federal, porque se opôs ao texto do projeto uma série de dificuldades de ordem legal, de ordem constitucional, e também de ordem doutrinária.

O primeiro aspecto a ser visto é que, presentemente, delito de trânsito encontramos em três diplomas legais, a saber: Código Penal, Lei de Contravenções Penais e no Código Nacional de Trânsito e seus respectivos regulamentos.

Ocorre todavia que, em nenhuma das disposições, ou normas constantes nesses três diplomas, têm servido, até hoje, para que os infratores tenham uma sanção imediata, aplicada, e mais do que isso, de que no sistema processual vigente, haja condições de, em seguida ao fato, ser julgado e, se for o caso, aplicada a sanção. Ora, todos sabemos que do ponto de vista penal, de nada adiante existir um complexo de normas por mais rigorosas que sejam, sem que tenha, preliminarmente, a certeza de punição.

Quando o infrator sabe, previamente que será muito difícil ser punido por ato praticado, ele não terá, necessariamente, repressão interna que o impeça de praticar o ato.

É exatamente isto que ocorre no Brasil, em relação aos delitos de circulação. Todavia, creio eu, que com o projeto do Senador Nelson Carneiro, nós possamos a longo, e mais otimamente, a médio prazo, diminuir esse elevado índice de acidentes de trânsito, com resultados lesivos do ponto de vista material e principalmente, o que é mais grave, do ponto de vista da pessoa humana.

Mas, acontece que, seguindo o exemplo americano, a Ordem dos Advogados do Brasil entendeu de adotar o chamado processo monitorio, para efeito de julgamento dos delitos de trânsito.

Acontece que o processo monitorio em nosso País, é de difícil aplicação, e de difícil aplicação porque a Constituição Federal assegura entre as garantias individuais o chamado princípio do contraditório, que não pode conviver, juridicamente, com o processo monitorio.

Entretanto, está se tratando atualmente no Senado Federal de obter uma conciliação entre o processo monitorio americano que V. Exa. referiu e o princípio constitucional do contraditório, que é vigente em nosso País. Isso conseguido, em breve teremos à disposição das autoridades de trânsito e das autoridades judiciárias competentes, — porque será criado Instituto pró-

prio, judiciário, para isso —, a possibilidade do exercício de repressão e prevenção dos delitos de circulação. E, com isso, essa reportagem que foi publicada na revista "VEJA", não terá mais razão de ser em futuro próximo.

**O SR. MAURÍCIO FRUET** — Agradeço o aparte de V. Exa. e aduzirei à sua informação que seu ilustre Pai, o Senador Accioly Filho, tem tido e está tendo e terá uma ativa participação no Projeto de Lei a que V. Exa. teve oportunidade de aludir. E é neste sentido, Srs. Deputados, que estamos solicitando, hoje, nesta Casa, a constituição nos termos do Regimento Interno, de uma Comissão Especial, considerando o alarmante número de acidentes de trânsito verificados em nosso Estado, principalmente em Curitiba, onde conforme dados estatísticos, perderam a vida em 75, 746 pessoas. E vai aqui um parêntesis, na tumultuada Argentina em 75, vítimas de atentado de terror, da direita e esquerda, menos de mil pessoas perderam a vida; 2) a tendência, tendo em vista o aumento de veículos em superar este ano o insólito recorde curitibano; 3) a falta de adoção de medidas que visam alterar o trágico panorama de modo prático, imediato, e positivo; 4) . . . morte, hospitalação e doença e, finalmente, a necessidade de se posicionar, de forma adequada e correta, o Poder Legislativo, em torno de tão lastimáveis ocorrências, é que solicitamos a criação desta Comissão Especial com objetivo de pesquisar, de colher informações para, posteriormente, apresentar subsídios à Comissão de alto nível do Congresso Nacional que também estuda a matéria. Nos termos do Regimento, esta Comissão será constituída por 5 Srs. Deputados e deverá fornecer o seu Relatório em 60 dias, após sua instalação.

**O Sr. Deni Schwartz** — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

V. Exa. e o ilustre Deputado Accioly Neto, analisaram um aspecto do problema, principalmente o aspecto jurídico.

Permito-me dizer que a sociedade de consumo em que vivemos, a mais desenvolvida do mundo ocidental, tem, também, sua grande responsabilidade.

No ano de 1974, o orgulho do brasileiro foi dizer que somente o Brasil e a Rússia tiveram aumento na produção automobilística.

Para um País de pouca renda, para um País em que a renda "per capita" é das menores do mundo ocidental, este aumento de produção se fez graças à diminuição da qualidade do produto. Hoje, os automóveis têm grandes partes de plástico.

Um dos acidentes da última semana foi em frente à minha casa. Uma das vítimas perdeu sua vida graças a um defeito mecânico na porta do veículo, que abriu.

Nessa orgia consumista o povo brasileiro, liderada pelo Governo Brasileiro, que não tem coragem de enfrentar as multinacionais, se orgulha de ter sido o único País, do mundo ocidental, a aumentar, esquecendo o preço do petróleo, a nossa produção de automóveis.

Tentou-se vender Volkswagen aos Estados Unidos. 98 itens não permitiram que o Volks fosse sequer introduzido na alfândega dos Estados Unidos.

Introduziu-se o cinto de segurança e até hoje, não se viu a finalidade do mesmo. Nem a clarividência dos técnicos em propaganda do DNER, que poderiam ter feito uma campanha do uso do cinto de segurança, foi chamada para resolver, talvez, uma parte do problema.

O mais grave, Sr. Deputado, é que este Deputado, bancando o policial, prendeu há poucos dias, perto de Francisco Beltrão, um motorista e digo, agora, arriscando a própria vida e da família. Esse motorista foi levado ao DER naquela cidade, preso por um guarda por mim requisitado. Nessa oportunidade, se verificou o seguinte: o motorista não tinha carteira, o caminhão não tinha placa, não tinha documentos e não tinha freios. Isso

foi num domingo. Na segunda-feira o motorista saiu de lá dando risadas, porque altos políticos haviam determinado ao miserável guarda de trânsito que soltasse aquele motorista.

Como tenho testemunhas, e como tenho provas, porque não foi sequer retirada a multa, quero ser uma das pessoas a depor nesta Comissão, porque envolve políticos que, talvez, têm seus nomes usados no interior. Se na época não fiz nenhuma denúncia, foi para não prejudicar o miserável do policial que cumpriu com seu dever, mas que, infelizmente, foi pressionado a largar o veículo sem as mínimas condições para trafegar.

Por isto, Sr. Deputado, matará, até muito mais do que na Angola, o trânsito em Curitiba e no Brasil.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa., destacando dois pontos que, infelizmente, se repetem diariamente na selva de pedra do trânsito curitibano, estadual e brasileiro.

Na verdade, a insegurança dos veículos fabricados pelas multinacionais em nosso País deverá, se aprovada a constituição desta Comissão, merecer uma observação muito especial por parte de S. Exas. os Srs. Deputados, e inclusive poderíamos ou, poderemos, afirmar que, uma conhecida marca de veículos nacional, em seu modelo de 1975, apresenta um defeito flagrante, não corrigido, até agora, de cujo conhecimento e em função deste defeito, temos conhecimento de dois acidentes fatais ocorridos em idênticas situações.

Com relação ao segundo problema levantado por V. Exa., também é muito sério e diz respeito à falta de maior atividade fiscalizadora por parte das autoridades constituídas, porque, enquanto se perde tempo exigindo-se do motorista absurdos testes psicotécnicos, obsoletos e até mesmo irresponsáveis sob certos aspectos, por outro lado se permite que fábrica de veículos multinacionais fabrique verdadeiras máquinas de morte, em detrimento da triste e marginalizada sociedade de consumo.

O segundo requerimento, Srs. Deputados, é simplesmente um voto de congratulações à revista "VEJA", pela publicação da reportagem "Crimes Sem Castigo", em que analisa, com dados colhidos em diversos Estados brasileiros, a caótica situação do trânsito, e a falta de medidas coercitivas que tragam a solução do problema.

Voltando à Comissão Especial, inúmeros ângulos poderão ser apreciados pela mesma e, temos certeza, as observações dos Srs. Deputados servirão importantemente como subsídios às ações que se desenvolvem na Câmara Alta do País, com este mesmo objetivo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Não havendo mais oradores inscritos declaro encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 19/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 08/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Borrazópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Campos, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 20/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 09/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná,

através da Secretaria da Administração com o Município de Cafeára, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural Estadual Silveira Neto e o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 21/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 11/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Campina da Lagoa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Roberto Brzdinski, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 23/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 18/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Florestópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nilson Ribas e o Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 163/75, de autoria do Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo considerar de utilidade Pública o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, Sociedade Civil de Fins Beneficentes, com sede em Porto Alegre. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 06/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 26/76, encaminhando anteprojeto de lei, que dispõe sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do art. 172, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1974, aos proventos dos servidores do Estado em futuras aposentadorias. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., COM SUBSTITUTIVO GERAL EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, pelo substitutivo, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução 24/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 19/76, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Formosa do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer do Projeto de Resolução nº 24/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Formosa do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar José de Anchieta, Escola Isolada Estadual Visconde de Mauá, Casa Escolar John Kennedy, Escola Isolada Santos Dumont, Grupo Escolar Irene Ricker, Grupo Escolar Nádia Curi, Grupo Escolar Getúlio Vargas, Escola Isolada Machado de Assis, e Escola Isolada Júlia Wanderley, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto - Presidente; Nilso Sguarezzi - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição 19/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Administração, com o Município de Formosa do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar José Anchieta, Escola Isolada Estadual Visconde de Mauá, Casa Escolar John Kennedy, Escola Isolada Santos Dumont, Grupo Escolar Irene Rickler, Grupo Escolar Nadia Curi, Grupo Escolar Getúlio Vargas, Escola Isolada Machado de Assis, e Escola Isolada Júlia Wanderley, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo ou com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 25/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 21/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Goioerê, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração com o Município de Goioerê, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição 21/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 16 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Goioerê, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 26/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 22/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Inajá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Inajá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição 22/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Inajá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 30/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 43/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar a partir de 01/03/76, novos vencimentos mensais aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H. EM REGIME DE URGÊNCIA.

## PROJETO DE LEI Nº 30/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Os vencimentos mensais dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, passam, a partir de 1º de março de 1976, a ser os constantes do anexo integrante desta Lei.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) PODER EXECUTIVO

ANEXO de que trata o art. 1º.

### I — MAGISTRATURA

CARGO	VENCIMENTO
Desembargador	Cr\$ 19.500,00
Juiz do Tribunal de Alçada	Cr\$ 18.525,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar	Cr\$ 17.333,00
Juiz de Entrância Intermediária	Cr\$ 15.600,00
Juiz de Entrância Inicial	Cr\$ 14.040,00
Juiz Adjunto	Cr\$ 12.636,00

### II — TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VENCIMENTO
Conselheiro	Cr\$ 19.500,00
Auditor	Cr\$ 17.550,00
Procurador Geral Junto ao Tribunal de Contas	Cr\$ 19.500,00
Procurador junto ao Tribunal de Contas	Cr\$ 17.550,00

### III — MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VENCIMENTO
Procurador Geral da Justiça	Cr\$ 19.500,00
Procurador da Justiça	Cr\$ 17.333,00
Promotor de Justiça de Entrância Final e Curador	Cr\$ 15.600,00
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária	Cr\$ 14.040,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	Cr\$ 12.636,00
Promotor Substituto	Cr\$ 10.108,00

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 30/76

1 — Em recente conferência, pronunciada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Ministro DJACI FALCÃO presidente do Supremo Tribunal Federal, disse que, “se o sistema do exercício da função judiciária por juízes, mediante carreira, tem proporcionado entre nós uma elevada atuação do Poder Judiciário, acontece, no entanto, que a carreira de Magistrado, sujeito já a naturais restrições, não oferece hoje maiores atrativos e está relegada a plano secundário na maioria dos Estados da Federação e, também, na esfera da Justiça Federal. Não se oferecem ao Juiz as condições essenciais ao seu “status”.

Nessa ordem de idéias, o Ministro DJACI FALCÃO veio a destacar, em primeiro lugar, o problema da remuneração dos juízes, afirmando que, “sem remuneração condigna, não se pode operar uma melhor seleção de candidatos ao ingresso na magistratura. Não é possível ao Juiz o bom desempenho de sua função se se vê ele atribulado com problemas de economia doméstica. Daí o chocante e generalizado desinteresse por tão alta e dignificante atividade pública”.

“Poucos são os Estados brasileiros — sublinha o Presidente do S.T.F. — que remuneram condignamente os seus magistrados. A grande maioria não paga o mínimo indispensável à posição que normalmente desfruta o juiz na sociedade. Daí o recrutamento deficiente e o avultado número de comarcas vagas, em vários Estados”.

2 — De outro tanto, o Desembargador ADRIANO MARREY, do Tribunal de Justiça de São Paulo, em conferência que proferiu ao ensejo da abertura do Ano Judiciário de 1976, enfatizou que “o Judiciário vem cumprindo em todo o país a sua missão, apenas embaraçada por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de excesso de serviço, da má distribuição de compe-

tências, das leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciários, da BAIXA REMUNERAÇÃO DOS JUÍZES, e funcionários, da escassez de recursos, da insuficiência de pessoas, da falta de estímulo, etc.”

3 — Sempre se clamou no país pela reforma da Justiça. É que esta, lamentavelmente, sempre esteve aquém das necessidades e aspirações dos juridicionados. Um clamor generalizado vêm se manifestando, crescentemente, no correr do tempo. É bem verdade que não faltaram, ao longo dos últimos cinquenta anos, alterações e reformas do aparelhamento judicial, na órbita Federal, como na de cada Estado, e da legislação processual, unificada com o Código de Processo Civil de 1939.

Mas essas alterações, a rigor, foram, de modo geral, superficiais e incompletas. Jamais produziram os resultados almejados. Ao revés, a crise da Justiça ganhava intensidade e progressão.

A propósito, e ao formular o “Diagnóstico da Reforma Judiciária”, a Comissão Especial do Supremo Tribunal Federal, na percepção de que a crise existente é antes da própria ordem jurídica, observa refletirem-se” no Poder Judiciário e contribuir para o desprestígio dele críticas dirigidas, na verdade, à ordem jurídica interna”.

O problema não é peculiar ao nosso país, mas dir-se-ia universal; e foi observado na Itália, por ENRICO ALLORIO, notando que ela é mais profundamente uma crise do Direito. Essa desconfiança no instrumento de trabalho dos juízes, que é o direito consubstanciado nas leis, decorre antes da ânsia de renovação desse Direito, segundo as diretivas que se delineiam no momento político de nossa atual sociedade. “É — diz o mestre italiano — sensação da insuficiência presente do Direito, em vista das novas e superiores exigências morais que se afirmam gradativamente na realidade”.

De qualquer forma, a crise do Direito se exterioriza e tem transparência na medida em que a Justiça, pelos seus órgãos, está em descompasso com aquelas exigências; se avultam deficiências no Direito, mais a justiça, que nele e por ele se concretiza, está à frente da crise. Pode-se afirmar, ainda que com sobras de exagero, que a falência do direito corresponde, necessariamente, a concordata da Justiça.

Como assinala ALCINO SALAZAR, “no último decênio, a partir de 1964, verificou-se um contraste, que tem sido notado entre o admirável surto de desenvolvimento e de renovação que tem beneficiado o país nos mais importantes setores de suas atividades, tanto públicas como privadas, e a situação de marasmo, de inoperosidade, que continua sendo a do serviço da Justiça” (Poder Judiciário — Bases para Reorganização — pág. 12).

Alguns pretendem que a crise não é do Poder Judiciário nacional, mas apenas do Supremo Tribunal Federal. E esta denominada crise do S.T.F., consoante o Ministro DJACI FALCÃO, consiste no excessivo número de feitos submetidos ao julgamento de uma corte composta de onze juízes. Portanto, a crise que molesta o Supremo é simplesmente de serviço, que pode ser remediadas com a exclusão dos feitos que não deveriam ser ali julgados. Mas, não obstante o excesso de trabalho, o Supremo nem por isso deixou de ser, como queria RUY BARBOSA, o guarda da Constituição”, de sua letra, de seu espírito e de sua honra. O árbitro do seu destino”; ou, como escreveu ALIOMAR BALEIRO, “apesar de tudo, ele ainda exerce a sua tarefa, primordial e excelsa, de sentinela das liberdades asseguradas pela Constituição e dela própria, que para isso o instituiu...”

Outros entendem que a crise que se evidencia, e está anunciada, não é da instituição judiciária, como a Constituição a estabeleceu, mas do serviço, e por causa puramente exógenas, decorrentes do crescimento do país, do aumento de sua população e do incremento de suas condições de desenvolvimento econômico.

Temos, assim, duas crises distintas: a do Supremo Tribunal Federal e a da Justiça dos Estados. A primeira, originada do

excesso de serviço; a segunda, decorrente da ineficiência do serviço. Em relação à crise do Supremo, inconfundível com a que sucede na justiça dos Estados, sua redução será possível com o reexame do elenco das questões que atualmente pode ser ali apresentadas, ordenando-o pela forma que a experiência indicar. Para a crise que aflige a justiça comum, dos Estados, de causa diversa, se impõe uma cura diversa. E essa cura é representada pela reforma pronta, ampla e global, à cuja realização o eminente Presidente ERNESTO GEISEL, sensível e atento ao problema, já mobilizou o seu governo, fornecendo ao Judiciário a oportunidade e os meios necessários.

4 — Um dos aspectos a ser objeto de apreciação nessa reforma do Judiciário, diz respeito à remuneração dos magistrados.

É que não se pode pretender que uma organização judiciária, por melhor que seja a sua estrutura, por si só baste para assegurar a realização de boa e satisfatória justiça. Em muito, isso depende do magistrado, do seu propósito íntimo de fazer justiça do seu empenho em que esta se realize em tempo útil, do vigor que ponha na aplicação da Lei, interpretada segundo sua finalidade.

“No Juiz — escreveu MÁRIO GUIMARÃES, o fazer justiça é o alvo, a tarefa, a missão, o sacerdócio”. (O Juiz e a Função Jurisdicional, pág. 34).

Segundo o art. 125, do Código de Processo Civil, “O Juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código...”

De seu turno, o Código de Processo Penal estabelece, no art. 251, que “ao juiz incumbirá à regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos”.

Em ambos os textos resulta evidente, tanto no Processo Civil como no Processo Penal, que o Juiz é o centro, o dirigente, da realização da justiça. A ele apela o credor, no juízo cível, para fazer o devedor adimplir a obrigação. Perante ele, no juízo penal, o agente do Ministério Público postula a condenação do réu que lesou o direito de outrém penalmente tutelado. Até ele, também, chega a defesa do devedor e a súplica do réu. E só ele, a propósito de cada um dos pedidos e das respectivas contrariedades, deverá decidir e, desse modo, fazer a justiça.

Assim, posto que é quem realmente dá concretude à justiça, ao magistrado deve corresponder, como contraprestação, uma remuneração à altura de sua magna função.

Sem uma remuneração condigna que o livre, sobretudo, da pressão exercida pela economia doméstica, não se pode exigir do magistrado tranquilidade para dirigir a justiça. Esta será sempre nervosa, quando deveria ser calma e ponderada; lenta, quando teria que ser célere; irreflexiva, quando deveria ser fruto de meticulosa reflexão. E aí está o cerne da crise do Judiciário, pois a Justiça assim realizada, por não atender ao seu próprio conceito, frustra o direito e atemoriza o homem.

Bem porisso, ALCINO SALAZAR, nas conclusões de sua alentada obra “Poder Judiciário — Bases para Reorganização”, reclama uma:

“C Revisão geral e unificação das tabelas de vencimentos, fixados em valores compatíveis com as responsabilidades e encargos do ofício, com a condição de independência do magistrado e de seu aperfeiçoamento cultural, observado o princípio da igualdade, sujeito apenas às variações regionais do custo de vida e encargos ou circunstâncias de fato excepcionais, admitidas a transição gradual e as ressalvas, em disposições transitórias, de situações patrimoniais legalmente criadas” (Ob. cit. págs. 337/338).

Certamente, foi com esse espírito que o Governador do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa, a Mensagem nº 43/76, acompanhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar, a partir de 01 de março de 1976, novos vencimentos mensais aos membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

O Chefe do Poder Executivo informa que o Projeto de Lei enviado, que tomou o nº 30/76, “consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Recursos Humanos, inspirados em iniciativa do Governo da União, que, através do Decreto Lei nº 1445, de 13 de fevereiro do corrente ano, reajustou a remuneração dos magistrados Federais.

Na exposição de Motivos que está anexada à Mensagem, o Secretário de Recursos Humanos pondera que a proposta de reajuste de dispêndios” é o resultado de minucioso estudo da matéria e de entendimentos havidos com os Excelentíssimos Senhores Presidente Henrique Nogueira Dorfmund do Tribunal da Justiça e Nacim Bacilla Neto, do Tribunal de Contas do Estado, consubstanciado no Anexo I do presente, que inclui, assim, os inativos no aumento.

A inclusão do Tribunal de Contas, “a lattere” do Tribunal de Justiça, é exigência da regra contida no Art. 41, §§ 3º, 4º e 5º da Constituição do Estado, que assegura, aos seus Conselheiros, Auditores, Procuradores, as mesmas garantias e prerrogativas, além dos impedimentos, dos desembargadores.

Mas, tal, não se deu com o Ministério Público, que restou inferiorizado relativamente à remuneração dos juizes. E isso é fácil de constatar-se: enquanto do juiz de Entrância Final receberá Cr\$ 17.333,00, o promotor de Justiça da mesma Entrância perceberá Cr\$ 15.600,00. Da mesma forma na Entrância Intermediária (Cr\$ 15.600 para 14.040) e na Inicial (Cr\$ 14.040 para Cr\$ 12.636,00). Também há diferenças entre o juiz adjunto (Cr\$ 12.636,00) e o Promotor Substituto (Cr\$ 10.108,00). E não deve passar despercebido que o Procurador de Justiça, o ponto culminante na carreira do Ministério Público, receberá o mesmo vencimento (Cr\$ 17.333,00) que o juiz de Entrância Final.

O Ministério Público, na realidade, tem a sua atuação desenvolvida substancialmente na área do Poder Judiciário. Participa essencialmente da formação do ato jurisdicional. Supre no processo judicial a iniciativa que o Judiciário não tem. Sua missão é promover a execução da lei, tarefa justamente cometida ao Poder Judiciário. Como esclarece MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, o Ministério Público “destina-se a zelar pelo cumprimento das leis, cabe-lhe a defesa do interesse geral de que as leis sejam observadas... Em outras palavras, sua função básica é a de promover, daí o nome promotor dado em geral a seus membros, o funcionamento da justiça. Especialmente de promover o andamento desta, em prol do Estado, a quem compete velar pelo interesse da sociedade, e, por extensão, em prol de certas instituições ou pessoas” (Comentários, vol. 2, pág. 194). Ao tratar da matéria, PONTES DE MIRANDA acentua que “é essencial à vida das sociedades contemporâneas, e cada vez o será mais intimamente, que constitui atividade obrigatória” (Comentários, Tomo III, pág. 406).

É válida, pois, a afirmativa de ALCINO SALAZAR, segundo a qual, “o Poder Judiciário, sem o Ministério Público, fica incompleto, não pode funcionar enquanto se refere à justiça criminal e, quanto ao mais, ainda no tangente às suas mais importantes atribuições. É mais do que um órgão auxiliar ou de cooperação. É peça fundamental do sistema” (Ob. cit. pág. 263).

Não se pretende, porisso, o tratamento dispensado pelo Projeto ao Ministério Público, que fica, de certa forma, subalternizado no que respeita à remuneração proposta. Dever-se-ia, até em reconhecimento de sua nobilitante função, equiparar o Ministério Público ao juiz, para efeito de remuneração, objetivando promover a indispensável equivalência em cada entrância, entre o Magistrado Adjunto e o Promotor Substituto, e, finalmente, de Procurador de Justiça com Juiz de Tribunal de Alçada.

Como a remuneração proposta à Magistratura e ao Tribunal de Contas obedecem a entendimentos prévios com os Presidentes do Tribunal de Justiça e do órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, caberia ao Governador do Estado, já que o Ministério Público está vinculado ao Poder Executivo, atribuir um mais

adequado e justo vencimento mensal àqueles que têm a incumbência de:

“velar pela “observância das leis”, decretos, resoluções, e instruções, na tutela dos interesses do Estado, de certas instituições, de incapazes, de massas e de ausentes” (PONTES DE MIRANDA, ob. e loc. cit.)

6 — No que concerne à Magistratura, e também ao Tribunal de Contas, o Projeto oferece uma remuneração condigna, capaz de assegurar ao titular da função de julgar, e à sua família, e dependentes, condições de subsistência decente e recursos com que atenda aos encargos pessoais que o próprio exercício do cargo exige e não dispensa, senão com o sacrifício do bom e proveitoso desempenho de seus deveres. Com isso, desaparece um dos motivos, talvez o de maior preponderância, da crise da Justiça.

Com relação ao Ministério Público, pode-se dizer o mesmo, apenas com a ressalva em favor de um tratamento igualitário, pois a situação funcional em face do magistrado é idêntica, inclusive nos impedimentos.

7 — Nessas condições, à vista do exposto e tendo em conta que as exigências legais e constitucionais foram observadas, o parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 30/76.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente e relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda ao Projeto de Lei nº 30/76

“O anexo I de que trata o artigo 1º desta lei, passa a ter a seguinte redação:

##### ANEXO I

ÓRGÃO	CARGO	VENCIMENTOS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
Desembargador . . . . .		Cr\$ 19.500,00
Juiz do Tribunal de Contas . . . . .		Cr\$ 18.525,00
Juiz da Ent. Final e Aud. Just. Militar . . . . .		Cr\$ 17.333,00
Juiz de Entrância Intermediária . . . . .		Cr\$ 15.600,00
Juiz de Entrância Inicial . . . . .		Cr\$ 14.040,00
Juiz Adjunto . . . . .		Cr\$ 12.636,00
TRIBUNAL DE CONTAS		
Conselheiro . . . . .		Cr\$ 19.500,00
Auditor . . . . .		Cr\$ 17.550,00
Procurador Geral . . . . .		Cr\$ 19.500,00
Procurador . . . . .		Cr\$ 17.550,00
MINISTÉRIO PÚBLICO		
Procurador Geral da Justiça . . . . .		Cr\$ 19.500,00
Procurador da Justiça . . . . .		Cr\$ 18.525,00
Promotor de Justiça de Ent. Final e Curador . . . . .		Cr\$ 17.333,00
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária . . . . .		Cr\$ 15.600,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial . . . . .		Cr\$ 14.040,00
Promotor Substituto . . . . .		Cr\$ 12.636,00

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 30/76

O presente Projeto de Lei nº 30/76, oriundo de Mensagem Governamental, visa fixar, a partir de 01 de março do ano em curso, novos vencimentos mensais aos membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral do Estado e demais Procuradores junto do mesmo Tribunal.

Sobre a matéria, em brilhante e esclarecedor parecer do Nobre Deputado Accioly Neto, já manifestou-se a douda Comissão de Constituição e Justiça.

De acordo com o aludido na Mensagem Governamental, a fixação dos novos vencimentos, resultou do estudo aprofundado realizado pela Secretaria de Recursos Humanos do Estado, inspi-

rados na iniciativa do Governo Federal, que através de Decreto lei reajustou a remuneração dos Magistrados Federais.

Diante do exposto, temos que, no âmbito desta Comissão de Finanças, tal medida visa atender aos interesses do Estado, possibilitando e proporcionando melhores e mais justa remuneração aos membros da Magistratura e do Ministério Público do nosso Estado. Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 30/76, opinando-se pela sua aprovação, bem como, pelo encaminhamento, como sugestão ao Poder Executivo, da emenda de autoria do nobre Deputado Enéas Faria, apresentada na CCJ.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1976.

(aa)

Quielse Crisóstomo — presidente  
Gilberto Carvalho — relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Projeto de Lei nº 30/76

Inspirados na iniciativa do Governo da União, que através do Decreto-lei nº 1445, do corrente ano, reajustou a remuneração dos Magistrados Federais, o Governo do Estado do Paraná por intermédio de sua Secretaria competente e em comum estudos e entendimentos com os Senhores Presidentes do Tribunal de Justiça e de Contas de nosso Estado, encaminha a esta Casa de Leis anteprojeto que reajusta os vencimentos da Magistratura e do Ministério Público no Paraná.

A medida é das mais justas, e reconhecer a importância do trabalho desenvolvido na alta administração pública pelos membros da Magistratura, Tribunais de Contas e do Ministério Público, deverá ser uma tônica em nosso Estado e oferecer condições financeira dignas ao “status” daqueles que exercem as funções judiciárias terá de ser uma das metas do poder público a fim de que tenhamos, povo e administração uma elevada, digna e constante atuação deste Poder Judiciário em território paranaense.

Assim sendo, louvamos medidas como esta e damos nosso apoio e parecer FAVORÁVEL à integra do consubstanciado no projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa)

Jurandir Messias — presidente e relator

Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). A Mesa atende primeiramente o requerimento do Deputado Ivo Thomazoni, que deseja solicitar a palavra, sendo considerado como inscrito posteriormente, o Deputado Accioly Neto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por haver sido objeto de comentários por parte do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, apresso-me na discussão da matéria, para esclarecer à Casa, sobre uma atitude que me pareceu, foi interpretada pelo eminente Deputado emedebista, como de falta de ética da parte deste parlamentar.

Sr. Presidente, antes da sessão de ontem, procurei o Departamento Legislativo da Casa para indagar das condições em que se encontrava o Projeto de Lei nº 30/76, e se em condições, solicitar do Presidente, a inclusão do mesmo na Ordem do Dia da sessão de hoje.

Informou-me o Diretor do Departamento Legislativo, que o referido projeto de lei por não constar sobre ele, pedido de regime de urgência, deveria, a partir desta sessão, permanecer em pauta durante três sessões consecutivas. Por esta razão, Sr. Presidente, por desconhecer qualquer medida que a viabilizasse a inclusão deste projeto de lei na Ordem do Dia, apressei-me a solicitar o regime de urgência.

E se o fiz, Sr. Deputados, foi depois de observar que todas as Comissões Técnicas da Casa, haviam sobre ele, emitido pare-

cer e todos favoráveis. Desde que ouvida a CCJ, Comissão de Finanças e a de Recursos Humanos, de que o pedido de regime de urgência não estaria obstaculizando, o pronunciamento daquelas Comissões, e portanto, a hora mais propícia de se requerer é que tomei a providência. Em nenhum instante, confesso, para os Srs. Deputados, não interpretem aquela medida como eleitoreira, porque de eleitoreira nada tem, é que venho à tribuna para fornecer esclarecimentos e que não podia de dá-lo, desde que S. Exa. o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, falava no Pequeno Expediente, regimentalmente, eu me senti impedido de fornecer-lhe estes esclarecimentos.

Tem o aparte o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. sabe, a consideração que tenho e até por esta consideração e por termos um diálogo antes, eu omiti o nome de V. Exa., eu não cheguei a declinar o nome de V. Exa. Apenas, fiz uma incursão sobre a mesa, porque foi a Mesa que me induziu a retirar o requerimento, por solicitação de uma das vice-lideranças, que eu também, até por motivo de ética, por estar ausente eu deixo de declinar o nome.

Quanto à V. Exa., fui claro e resguardei a posição, porque até esclareci que eu tinha falado com V. Exa. depois de já aprovado para que não pudesse, para que não se permitisse uma polêmica inútil que não levasse a coisa alguma, naquela oportunidade, que foi ontem.

Apenas quis responsabilizar a Mesa, que uma vez que esclareceu a mim, por ética — e aí foi a menção da palavra ética — deveria também esclarecer V. Exa. E desde que o projeto estava com prazo constitucional — foi a alegação que a Mesa nos deu na oportunidade — eu haveria de colaborar através da retirada do requerimento, e o fiz para a normalidade dos trabalhos legislativos.

Foi este o intuito e para prestar a V. Exa. esta homenagem de respeito parlamentar, e de amizade, é que declino e esclareço o episódio porque V. Exa., como sempre tem sido, comigo também foi correto. Obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Estranhava a informação que V.

Exa. havia me fornecido na tarde de ontem, ao encerrar a sessão, de que existiria já da lavra de S. Exa. pedido de regime de urgência, e não estaria em paz a minha consciência, desde que havia afirmado a V. Exa. que o Departamento me informara de que não pesava sobre o projeto qualquer pedido de urgência, se não viesse fazer o esclarecimento que estou fazendo.

Que não se tomasse este episódio como para secundar atitudes de deputados federais como o caso que V. Exa. citou, em que o Deputado Marchezan teria, segundo V. Exa., se apossado de uma idéia do Deputado Brezolin, ambos do Rio Grande do Sul, apresentando projeto de lei visando equacionar o problema do funcionamento dos moinhos coloniais. Apenas para socorrer o Deputado que é Secretário Geral da ARENA Nacional, devo informar que eu, Deputado Ivo Thomazoni, participei de várias reuniões na sede da FETAEP de Curitiba, com a presença de Deputados gaúchos e organizamos no Paraná, a então chamada Associação dos Proprietários dos Moinhos Coloniais. E fizemos incursões, pessoais e através de expedientes à Câmara Federal e à liderança do Partido, solicitando medidas capazes de solucionar impasses criados com a fiscalização pela CETRIN, através do Banco do Brasil.

Quero confessar que conheço o episódio, porque o Deputado Brezolin preconizava uma solução e o Deputado Marchezan outra bem diferente de seu ponto de vista.

O Deputado Brezolin, quando argumentava em favor dos proprietários de moinhos coloniais, prejudicados pela proibição da moagem e comercialização a nível de consumo doméstico, solicitava das autoridades que houvesse o deferimento do aumento da quota para a moagem do trigo e distribuída, em rateio para os proprietários dos moinhos coloniais.

E o que o Deputado Marchezan pretende, em seu ante-projeto é que os moinhos coloniais fiscalizem, também a nível mu-

nicipal, tivessem a liberdade de moerem o trigo de produção local, para a distribuição como de forma de prestação de serviço e não como comercialização.

Há uma diferença enorme entre uma e outra proposição, entre o que propunha o Deputado Brezolin e o que propõe o projeto de lei do Deputado Marchezan.

E devo também afirmar que o projeto Marchezan já tem o apoio das lideranças de nosso Partido, majoritário na Câmara dos Deputados e no Senado, e haverá de garantir a sua aprovação. E o Executivo haverá também de aprová-lo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, eu realmente, fiz referência. Porque, embora trigo e toga são diametralmente opostos, mas como o trigo subsidia os recursos dos cofres públicos para carrear ao Judiciário também, então, acho que a minha referência, como uma referência "ad argumentandi". E, naturalmente, abordei o assunto não só porque era necessário, mas também para frisar que falei até de contumácia. Porque Alceu Colares, do MDB, foi vítima do mesmo de um projeto relacionado com inquilinato e Alexandre Machado, da ARENA, também do Rio Grande do Sul, que não conhecia, porque a imprensa não noticiou especificamente, a divergência de um projeto e o outro.

Mas, desde que se tratava da mesma matéria, a Mesa da Câmara Federal deveria disciplinar o andamento da matéria dos dois projetos correlatos.

E aqui também, a Mesa da Assembléia deveria encaminhar, com a essa isenção, o requerimento de nossa lavra e o de V. Exa.

Era esse o esclarecimento que queria prestar a V. Exa. O SR. IVO THOMAZONI — A título de informação: quanto mais numerosas as atribuições do Poder Legislativo, não raro, na Assembléia Legislativa do Paraná...

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Esta Presidência interrompe para fazer apelo ao nobre Deputado que ocupa a tribuna e os possíveis e prováveis apartes, que se ativessem tão somente ao projeto de lei em discussão, para, dando cumprimento ao Regimento Interno, chegarmos à conclusão sobre a matéria.

Fazemos este apelo a V. Exa. e aos ilustres Deputados que apartear V. Exa., visto que os aspectos que se fazem necessários, com relação a esse projeto, já foram esclarecidos.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, este Deputado acautou sempre as determinações da Presidência, ocupada ela por diferentes Deputados. Não seria agora que me insurgiria contra a atenção de V. Exa.

Todavia, eminente Presidente, o Regimento Interno não é rígido quanto à observância da matéria inserida no texto do objeto de discussão. Mesmo porque, nesta Casa, sempre, a Presidência admitiu que se — quando respeitosa, é claro — se fizesse referências "extra-autos". Era o que pretendia fazer, colocando-me dentro do problema, para evitar que a Liderança da ARENA fosse entendida pela Oposição como açambarcadora de iniciativas de outros Deputados.

Era o esclarecimento que me cabia dar a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

1 — Em recente conferência, pronunciava na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Ministro Djaci Falcão, Presidente do Supremo Tribunal Federal, disse que, "se o sistema do exercício da função judiciária por juizes, mediante carreira, tem proporcionado entre nós, uma elevada atuação do Poder Judiciário, acontece, no entanto, que a carreira de Magistrado, sujeito já a naturais restrições, não oferece hoje maiores atrativos e está relegada a plano secundário, na maioria dos Estados da Federação e, também, na esfera da Justiça Federal. Não se oferecem ao juiz as condições essenciais ao seu "status".

Nessa ordem de idéias, o Ministro Djaci Falcão veio a

destacar, em primeiro lugar, o problema da remuneração dos juízes afirmando que, “sem remuneração condigna, não se pode operar uma melhor seleção de candidatos ao ingresso na magistratura. Não é possível ao Juiz o bom desempenho de sua função, se se vê atribulado com problemas de economia doméstica. Daí o chocante e generalizado desinteresse por tão alta e dignificante atividade pública.

Poucos são os Estados Brasileiros — sublinha o Presidente do S.T.F. — que remuneram condignamente os seus magistrados. A grande maioria não paga o mínimo indispensável à posição que normalmente desfruta o juiz na sociedade. Daí o recrutamento deficiente e o avultado número de comarcas vagas, em vários Estados.

2 — De outro lado, o Desembargador Adriano Marrey, do Tribunal de Justiça de São Paulo, em conferência que proferiu ao ensejo da abertura do Ano Judiciário de 1976, enfatizou que o “Judiciário vem cumprindo em todo o País, a sua missão, apenas embaraçada por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de excesso de serviço, da má distribuição de competências, das leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciais, da baixa remuneração dos juízes, e funcionários, da escassez de recursos, da insuficiência de pessoas, da falta de estímulo, etc.

3 — Sempre se clamou no País pela reforma da Justiça. É que esta, lamentavelmente, sempre esteve aquém das necessidades e aspirações dos jurisdicionados. Um clamor generalizado vem se amnifestando, crescentemente, no correr do tempo. É bem verdade que não faltaram, ao longo dos últimos cinquenta anos, alterações e reformas de aparelhamento judicial, na órbita federal, como na de cada Estado, e da legislação processual, unificada com o Código de Processo Civil de 1939.

Mas essas alterações, a rigor, foram, de modo geral, superficiais, e incompletas. Jamais produziram os resultados almejados. Ao revés, a crise da Justiça ganhava intensidade e progressão.

A propósito, e ao se formular o “Diagnóstico da Reforma Judiciária”, a Comissão Especial do Supremo Tribunal Federal, na percepção de que a crise existente é antes da própria ordem jurídica, observa refletirem-se “no Poder Judiciário e contribuir para o desprestígio dele críticas dirigidas, na verdade, à ordem jurídica interna”.

O problema não é peculiar ao nosso País, mas dir-se-ia universal; e foi observado na Itália, por Enrico Allorio, notando que elea é mais profundamente uma crise do Direito. Essa desconfiança no instrumento de trabalho dos Juízes, que é o Direito consubstanciado nas leis, decorre antes da ânsia de renovação desse Direito, segundo as diretivas que se delineiam no momento político de nossa atual sociedade. “É — diz o mestre Italiano — sensação da insuficiência presente do Direito, em vista das novas e superiores exigências morais que se afirmam gradativamente na realidade”.

“De qualquer forma, a crise do Direito se exterioriza e tem transparência na medida em que a Justiça, pelos seus órgãos está em descompasso com aquelas exigências; se avultam deficiências no Direito, mas a Justiça, que nele e por ele se concretiza, está à frente da crise. Pode-se afirmar, ainda que com sobras de exagero, que à falência do Direito correspondente, necessariamente, a concordata da Justiça.

Como assinala ALCINO SALAZAR, “no último decênio, a partir de 1964, verificou-se, que tem sido notado entre o admirável surto de desenvolvimento e de renovação que tem beneficiado o País nos mais importantes setores de suas atividades, tanto públicas como privadas, e a situação do marasmo, de inoperosidade, que continua sendo a do serviço da Justiça” (Poder Judiciário — Bases para Reorganização — pág. 12).

Alguns pretendem que a crise não é do Poder Judiciário nacional, mas apenas do Supremo Tribunal Federal. E esta denominação da crise do S.T.F., consoante o Ministro DJACI

FALCÃO, consiste no excessivo número de feitos submetidos ao julgamento de uma corte composta de onze juízes. Portanto, a crise que molesta o Supremo é simplesmente do serviço, que pode ser remediada com a exclusão dos feitos que não deveriam ser ali julgados. Mas, não obstante o excesso de trabalho, o Supremo nem por isso deixou de ser, como queria RUY BARBOSA, o guarda da Constituição, “de sua letra, de seu espírito e de sua honra. O árbitro do seu destino”; ou, como escreveu ALIOMAR BALEEIRO, “apesar de tudo, ele ainda exerce a sua tarefa, primordial e excelsa, de sentinela das liberdades asseguradas pela Constituição e dela própria, que para isso o instituiu...”

Outros entendem que a crise que se evidencia, e está anunciada, não é da instituição judiciária, como a Constituição a estabeleceu, mas do serviço, e por causas puramente exógenas, decorrentes do crescimento do País, do aumento de sua população e do incremento de suas condições de desenvolvimento econômico.

Temos, assim, duas crises distintas: a do Supremo Tribunal Federal e a da Justiça dos Estados. A primeira, originada do excesso de serviço; a segunda decorrente da ineficiência do serviço. Em relação à crise do Supremo, inconfundível com a que sucede na Justiça dos Estados, sua redução será possível com o reexame do elenco das questões que atualmente podem ser ali apresentadas, ordenando-o pela forma que a experiência indicar. Para a crise que aflige a Justiça comum, dos Estados, de causa diversa, se impõe uma cura diversa. E essa cura é representada pela reforma pronta, ampla e global, à cuja realização o eminente Presidente ERNESTO GEISEL, sensível e atento ao problema, já mobilizou o seu Governo, fornecendo ao Judiciário a oportunidade e os meios necessários.

4 — Um dos aspectos a ser objeto de apreciação nessa reforma do Judiciário, diz respeito à remuneração dos magistrados.

É que não se pode pretender que uma organização judiciária, por melhor que seja a sua estrutura, por si só baste para assegurar a realização de boa e satisfatória justiça. Em muito, isso depende do magistrado, do seu propósito íntimo de fazer justiça, do seu empenho em que esta se realize em tempo útil, do vigor que ponha na aplicação da Lei, interpretada segundo sua finalidade.

“O juiz — escreveu MÁRIO GUIMARÃES, o fazer justiça é o alvo, a tarefa, a missão, o sacerdócio”. (O Juiz e a Função jurisdicional pág. 34).

Segundo o art. 125, do Código de Processo Civil, “O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código...”

Do seu turno, o Código de Processo Penal estabelece no art. 251, que “ao juiz incumbirá prover à regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos”.

Em ambos os textos resulta evidente, tanto no Processo Civil como no Processo Penal, que o juiz é o centro, o dirigente, da realização da Justiça. A ele apela o credor, no juízo cível, para fazer o devedor adimplir a obrigação. Perante ele, no juízo penal, o agente do Ministério Público postula a condenação do réu que lesou o direito de outrem penalmente tutelado. Até ele, também, chega a defesa do devedor e a súplica do réu. E só ele, a propósito de cada um dos pedidos e das respectivas contrariedades, deverá decidir e, desse modo, fazer a justiça.

Assim, posto que é quem realmente dá concretude à justiça, ao magistrado deve corresponder, como contraprestação, uma remuneração à altura de sua magna função.

Se uma remuneração condigna que o livre, sobretudo, da pressão exercida pela economia doméstica, não se pode exigir do magistrado tranquilidade para dirigir a Justiça. Esta será sempre nervosa, quando deveria ser calma e ponderada; lenta, quando teria que ser célere; irreflexível, quando deveria ser fruto de meticulosa reflexão. E aí está o cerne da crise no Judiciário, pois a Justiça assim realizada, por não atender ao seu próprio conceito, frustra o direito e atemoriza o homem.

Bem por isso, Alcino Salazar, nas conclusões de sua alen-tada obra "Poder Judiciário — Bases para Reorganização", reclama uma:

"C) Revisão geral e unificação das tabelas de vencimentos, fixados em valores compatíveis com as responsabilidades e encargos do ofício, com a condição de independência do magistrado e de seu aperfeiçoamento cultural, observado o princípio da igualdade, sujeito apenas às variações regionais do custo de vida e encargos ou circunstâncias de fato excepcionais, admitidas a transição gradual e as ressalvas, em disposições transitórias, de situações patrimoniais legalmente criadas". (Ob. cit. págs. 337/338).

Certamente, foi com esse espírito que o Governador do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa, a Mensagem nº 43/76, acompanhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar, a partir de 01 de março de 1976, novos vencimentos mensais aos membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

O Chefe do Poder Executivo informa que o Projeto de Lei enviado, que tomou o nº 30/76, "consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Recursos Humanos, inspirados em iniciativa do Governo da União, que, através do Decreto Lei nº 1445, de 13 de fevereiro do corrente ano, reajustou a remuneração dos magistrados federais.

Na exposição de Motivos que está anexada à Mensagem, o Secretário de Recursos Humanos pondera que a proposta de reajuste de estipêndios "é o resultado de minucioso estudo da matéria e de entendimentos havidos com os Excelentíssimos Senhores Presidentes Henrique Nogueira Dorf-mund, do Tribunal de Justiça e Nacim Bacilla Neto, do Tribunal de Contas do Estado, consubstanciado no Anexo 1 do presente, que inclui, assim, os inativos no aumento.

A inclusão do Tribunal de Contas, "a lattere" do Tribunal de Justiça, é exigência da regra contida no Art. 41, §§ 3º, 4º e 5º da Constituição do Estado, que assegura, aos seus Conselheiros, Auditores, Procuradores, as mesmas garantias e prerrogativas, além dos impedimentos, dos desembargadores.

Mas, tal não se deu com o Ministério Público, que restou inferiorizado relativamente à remuneração dos juízes. E isso é fácil de se constatar: enquanto o Juiz de Entrância Final receberá Cr\$ 17.333,00, o promotor de justiça da mesma Entrância perceberá Cr\$ 15.600,00. Da mesma forma na Entrância Intermediária (Cr\$ 15.600,00 para Cr\$ 14.040,00) e na Inicial (Cr\$ 14.040,00 para Cr\$ 12.636,00). Também há diferenças entre o juiz adjunto (Cr\$ 12.636,00) e o Promotor Substituto (Cr\$ 10.108,00). E não deve passar despercebido que o Procurador da Justiça, o ponto culminante da carreira do Ministério Público, receberá o mesmo vencimento (Cr\$ 17.333,00) que o juiz de Entrância Final.

O Ministério Público, na realidade, tem a sua atuação desenvolvida substancialmente na área do Poder Judiciário. Supre no processo judicial a iniciativa que o Judiciário não tem. Sua missão é promover a execução da lei, tarefa justamente cometida ao Poder Judiciário. Como esclarece Manoel Gonçalves Ferreira Filho, o Ministério Público "destina-se a zelar pelo cumprimento das leis, cabe-lhe a defesa do interesse geral, de que as leis sejam observadas. Em outras palavras, sua função básica é a de promover, daí o nome promotor dado em geral a seus membros, o funcionamento da Justiça. Especialmente de promover o andamento desta, em prol do Estado, a quem compete velar pelo interesse da sociedade e, por extensão, em prol de certas instituições ou pessoas". (Comentários, vol 2, pág. 194).

Ao tratar da matéria, PONTES DE MIRANDA, acentua que "é essencial ao ofício do Ministério Público promover; e esse promover é tão essencial à vida das sociedades contempo-

râneas, e cada vez o será mais intimamente, que constitui atividade obrigatória". (Comentários, Tomo III, pág. 406).

É válida pois, a afirmativa de ALCINO SALAZAR, segundo a qual, "o Poder Judiciário, sem o Ministério Público, fica incompleto, não pode funcionar enquanto se refere à Justiça criminal e, quanto ao mais, ainda no tangente às quais mais importantes atribuições.

É mais do que um órgão auxiliar ou de cooperação. É peça fundamental do sistema" (Ob. cit. pág. 263).

Não se entende por isso, o tratamento dispensado pelo projeto do Ministério Público, que fica, de certa forma, subalter-nizado no que respeita a remuneração proposta. Dever-se-ia até em reconhecimento de sua nobilitante função, equiparar o Ministério Público, ao Juiz para efeito de remuneração, objetivando promover a indispensável equivalência em cada entrância, entre o Magistrado Adjunto e o Promotor Substituto e, finalmente, de Procurador de Justiça com Juiz de Tribunal de Alçada.

Como a remuneração proposta à Magistratura e ao Tribunal de Contas, obedecem a entendimentos prévios com os Presidentes do Tribunal de Justiça e do órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, caberia ao Governador do Estado, já que o Ministério Público está vinculado ao Poder Executivo, atribuir um mais adequado e justo vencimento mensal àqueles que têm a incumbência de:

"Velar pela "observância das Leis", decretos, resoluções, e instruções, na tutela do interesses do Estado, de certas instituições, de incapazes, de massas e de ausentes. (Pontes de Miranda, ob e loc. cit.).

No que concerne à Magistratura e também ao Tribunal de Contas, o projeto oferece uma remuneração condina, capaz de assegurar ao titular da função de julgar, a sua família e dependentes, condições de subsistência decente e recursos com que atenda aos encargos pessoais que o próprio exercício do cargo exige e não dispensa, senão com o sacrifício do bom e proveitoso desempenho de seus deveres.

Com isso, desaparece um dos motivos, talvez o de maior preponderância, da crise e da justiça.

Com relação ao Ministério Público, pode-se dizer o mesmo apenas com a ressalva em favor de um tratamento igualitário, pois a situação funcional, em face do magistrado é idêntica, inclusive nos impedimentos".

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

É para louvar V. Exa. pelo parecer dado sobretudo, na parte em que faz uma consideração da posição do Ministério Público, em qualidade desigual ao Juiz. Tem um aspecto interessante, que eu gostaria de registrar. Nos juízes da comarca do interior, ainda tem mais um fator que cria uma desigualdade superior, a esta que estabelece na remuneração prevista no projeto.

É que um Juiz titular ou Presidente do Foro, quando é o caso de mais de uma vara, eles ainda recebem um valor percentual sobre a cédula pignoratícia, a cédula rural pignoratícia. Isso é o que vale dizer numa comarca como Cascavel, uma remuneração extraordinária, superior a dez mil cruzeiros e o Promotor fica ligado ao estrito valor da remuneração que a lei lhes dá, que é esta prevista no projeto.

E realmente, não haveria possibilidade de se reparar uma injustiça que se opera a nosso ver. Realmente, é louvabilíssimo o parecer de V. Exa. nesta parte. E acredito que poderá no futuro, tendo em vista estes aspectos, ser pelo menos minimizado a diferença do representante do Ministério Público em seu Estado. Haveria de ser tratado, porque, a igualdade da cultura, parte do mesmo princípio tem a mesma formação e, acredito haveria de se fazer já, a própria Justiça, justiça com os vencimentos.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte?

Nobre Deputado, permita-me que reverencie mais uma vez

o talento de V. Exa., pelo tratamento que dá ao abordar esta questão, revelando o brilho de vossa inteligência. Mas, permita-me que aplauda, de maneira veemente, a posição que V. Exa. adota ao tratar da questão relativa ao Ministério Público, flagrando também a desigualdade que teima em ser mantida no tratamento entre as duas carreiras. O que se pretende, o que se pleiteia, o que se quer, como justa e antiga reivindicação do Ministério Público, por tantas e tantas razões, é o tratamento equânime entre o Magistrado e os membros do Ministério Público.

Sr. Deputado, parece que acode ao espírito dos membros do Ministério Público, não tão somente o problema de ordem financeira, o desnível do tratamento na remuneração. Cioso da sua responsabilidade social, cioso de sua relevante participação na comunidade, o que pretende o membro do Ministério Público é atingir o "status" que efetivamente a carreira deveria e deve conferir. Deveria e deve conferir esta igualdade, porque a ambos, ao Magistrado e ao Promotor se exige e se requer a mesma cultura, o mesmo saber, a mesma dignidade, a mesma conduta. A ambos se impõem comuns entendimentos. A ambos dever-se-ia dar a equidade deste tratamento. Todavia, é uma tese que ainda permanece a ser elaborada. Entretanto, sentindo esta reivindicação, propusemos junto à Comissão de Constituição e Justiça, há vários dias, que se apelando ao Chefe do Executivo, se solicitasse o aditamento deste projeto de lei para que se viesse a materializar a igualdade. Mais tarde, neste plenário, a Casa unanimemente aprovou sugestão no mesmo sentido e de idêntico teor e, pasmem, Srs. Deputados, pela insensibilidade do Executivo e até mesmo pela falta de respeito do Governador para com esta Casa, porque, se de um lado não se digna comunicar a razão que o impede de proceder este tratamento, de outro lado desdenha a atuação do Parlamento do Estado.

Lamento, Sr. Deputado, que as coisas se encontrem neste pé em questão de tão alta relevância para a Justiça do Estado.

O SR. ACCIOLY NETO — Desejo, antes de encerrar, agradecer os apartes dos Deputados Fidelcino Tolentino e Enéas Faria e, ao mesmo tempo me dirigir ao meu íntegro líder da bancada Deputado Ivo Thomazoni, cuja sensibilidade a problemas desta ordem já foi posta à prova e cabalmente demonstrada nesta Casa, para me permitir fazer um apelo no sentido de que transmita nosso pensamento ao Governador do Estado, homem também de discernimento e porisso mesmo capaz de entender que este é o momento oportuno de efetivamente fazermos justiça no sentido amplo para com o Ministério Público.

Já não apelo a S. Exa. para que ele nos encaminhe em breve o novo Estatuto do Ministério Público porque o atual está ultrapassado, superado, para que não proponha novo Estatuto que o Ministério Público seja autônomo como deve ser uma Instituição deste porte, mas apelo a S. Exa. para que encaminhe a esta Casa, com tempo de ser votado anexo ao atual projeto, um novo projeto equiparando a remuneração dos Juizes e dos membros do Ministério Público.

O Sr. Ivo Thomazoni — Inicialmente deo confessar a V. Exa., que todas as iniciativas da douta Comissão de Constituição e Justiça mereceram, muito embora alarde disto a liderança não faça, toda a atenção, e confesso a V. Exa. que as incursões junto ao Poder Executivo, sobre o que propõe a Comissão de Constituição e Justiça, referendada pelo eminente Deputado Enéas Faria.

Mas, nobre Deputado, verificamos que, no Estatuto do Ministério Público, no tocante a vencimentos, se mantém índices proporcionais aos vencimentos da Magistratura.

E toda e qualquer medida, visando a equiparação dos

vencimentos dos membros do Ministério Público com os membros da Magistratura, devem, antes de mais nada, merecer modificações no Estatuto do Ministério Público que tem na sua votação, a exigência de um quorum privilegiado, por ser uma lei estatutária.

E confesso mais, a preocupação da Casa já foi manifestada pela Liderança, ao Sr. Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil, que mobilizou, já, a Assessoria do Executivo para estudar esse problema.

Mas, confesso inviável, no entendimento da Assessoria do Governo, que se pretende. Embora sendo justa, não poderá ser acolhida, porquanto merecerá a matéria uma alteração dos dispositivos do Estatuto que rege o Ministério Público.

Era a informação que me cabia dar.

Perdoe-me, Deputado Enéas Faria, mas o Regimento Interno não me permite lhe conceder aparte, porque sou apartante.

O SR. ACCIOLY NETO — Deputado Ivo Thomazoni, realmente, V. Exa., em princípio, tem razão em usar da argumentação da possibilidade do envio de uma mensagem alterando dispositivos existentes no atual Estatuto do Ministério Público. Sem embargo de que esses dispositivos de Estatuto são absolutamente inconstitucionais. Porque, a Constituição Federal veda, explicitamente, qualquer vinculação. E aí há uma vinculação definida dentro da lei.

É claro que o quorum constitucional é uma lei vigente que não pode o Sr. Governador do Estado deixar de respeitar.

Rendo-me, então à argumentação de V. Exa., mas também, neste aparte, vejo um compromisso de V. Exa. de gestionar junto ao Governo do Estado, para que, em breve, venha nova proposta de Estatuto, já limpa desse defeito e expungida das normas já superadas pelo tempo, para que o Estatuto do Ministério possa receber o tratamento que efetivamente merece e um clamor decidido na existência em todo o Estado.

Mas, a Assembléia não poderia deixar, nesse episódio, de fixar uma posição sobre o assunto. V. Exa. bem entendeu isso, conforme expôs em seu aparte.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento) - Sr. Deputado, pedi este aparte a V. Exa. porque é do conhecimento de todos que, na nossa Comissão, fui um dos Deputados que deu parecer contrário a essa emenda.

Dei parecer contrário porque desconhecia, no tempo em que estava na atividade de serventuário que o promotor podia advogar.

Já em seguida, na outra Comissão, na Comissão de Finanças, emiti parecer favorável. Acho que a título de sugestão, é válida nossa proposição e quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que fez nesta Casa.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, era este o debate que pretendia trazer na sessão de hoje, no momento em que, em 1.º turno, se discute a matéria. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Com relação a interferência desta Presidência, quando na tribuna o ilustre líder da bancada situacionista, aparteado pelo Deputado Fidelcino Tolentino, esta Presidência anuncia que deu cumprimento ao artigo 25, parágrafos 2.º e 7.º, respeito o direito de uso da palavra dos ilustres Parlamentares, e, assim procedendo, sem nenhuma discriminação, hipótese essa não aventada por nenhum dos ilustres Parlamentares que utilizavam a palavra, e, conseqüentemente, aparteava, naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Sobre a mesa, requerimento de

autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Margarida Zagonel Slaviero.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Televisão Paranaense - Canal 12, por voltar a retransmitir os programas da Rede Globo de Televisão.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, pelo êxito alcançado durante a XV Exposição Nacional de Suínos, IV Exposição Regional de Indústria e Comércio e II Exposição Regional de Bovinos, bem como, pela inauguração e entrega aos usuários do Aeroporto Municipal daquela cidade.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 7/76.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, referente ao aumento salarial aos trabalhadores, com medidas paralelas.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à revista "VEJA" pela publicação, em sua edição sob o n.º 399, da reportagem "Os Crimes Sem Castigo".- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja providenciado o alargamento da estrada que liga Piên a Pangaré, no município de Quitandinha.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja estudada a viabilidade de instalação de uma agência do referido Banco na Vila Nossa Senhora da Luz.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Direção do Banco do Estado do Paraná S.A., visando a instalação de uma agência desse estabelecimento de crédito no município de Wenceslau Braz.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção da TELEPAR, visando a instalação de um posto telefônico para uso permanente, na Vila Nossa Senhora da Luz.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que seja asfaltada a Estrada Velha Curitiba - Araucária.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção da COPEL, visando a iluminação pública ligando as Vilas São Jorge e Nossa Senhora da Luz.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, sobre a situação funcional e sobre o pagamento de vencimentos de professores de curso noturno do Grupo Escolar Hosken de Novaes, de Londrina.- Em discussão.- Encerrada a discussão.- Em votação.-

O SR. DÁCIO LEONEL - (Para encaminhar à votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para que não fique assim em função dos termos do presente requerimento, perfeitamente válidos, a impressão de que professores não estariam sendo pagos pelo Estado.

Desejamos encaminhar a votação da matéria para abordar alguns aspectos e tentar fazer alguns esclarecimentos.

Inicialmente, levando-se em conta a inexistência de concurso para professores e levando-se em consideração o processo de remoção, que é um direito assegurado aos professores, tenho a dizer que estes são fatos que têm originado a mudança de professores de estabelecimento.

E com isto o que tem ocorrido? Vão surgindo novas vagas em estabelecimentos de ensino em todo o Estado do Paraná.

Como sabemos a própria lei n.º 5692, estabelece que o ensino fundamental deva passar para os municípios, evidentemente de forma lenta.

O que tem acontecido, Srs. Deputados? O Governo do Paraná tem procurado, por todas as formas, dar um auxílio às Prefeituras Municipais.

Quando se diz que a Prefeitura não tem responsabilidade, deve-se levar em conta a própria disposição da lei n.º 5692 e olhar a participação que o Estado do Paraná tem tido, porque todas as prefeituras vêm recebendo auxílio do Governo, exatamente, para este fim, a fim de que possa ter a despesa, ou parte dela, assegurada na contratação de professoras tanto para servirem em estabelecimentos do próprio Estado, como também para as despesas ocorridas com o setor educacional municipal.

No episódio do qual o eminente Deputado Líder da bancada do MDB apresenta o seu Pedido de Informações à Secretaria de Educação e Cultura a fim de saber, entre outras, porque não teriam sido pagas às professoras o valor dos vencimentos e por que a Diretora não recebeu a gratificação.

Permito-me trazer alguns esclarecimentos, porque conheço bem o problema.

E devo dizer mais: O problema de Londrina não se restringe apenas às sete professoras que estão prestando serviços no Grupo Escolar noturno de Londrina, como em outros na zona rural.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que essas professoras, de início, admitiram a experiência, tinham conhecimento que não haveria nomeação do Estado.

Apenas admitiram a possibilidade desses contratos que seriam através da CLT, mas que seriam através da Prefeitura de Londrina.

Não houve contratação da parte do Estado, muito menos da Inspetoria Regional de Ensino.

Todas elas entenderam que deveriam correr o risco, dada a possibilidade de que o Estado emprestasse esse auxílio à Prefeitura Municipal de Londrina.

Nesse sentido, inclusive, o Sr. Inspetor Regional de Ensino, da 18ª Inspetoria, Professor Tarcisio Martins, manteve entendimentos com o Professor Iran Martins Sanches, Secretário de Educação do Município de Londrina.

E da parte do Sr. Secretário de Educação de Londrina não há nenhuma objeção neste sentido, desde que o Governo do Paraná permita, através desse auxílio, que estas professoras possam ser contratadas.

É preciso então que olhemos o aspecto: Londrina tem recebido ajuda do Governo para pagamento de professoras que prestem serviços a escolas? Eu devo dizer que sim.

Recebeu, em 1974, pouco mais de 300 mil cruzeiros; em 1975, o Governo do Paraná deu a Londrina 677 mil cruzeiros, a título de auxílio exatamente para atender o pagamento destas professoras; e da mesma forma, neste ano Londrina terá idêntico ou auxílio superior para este fim, que é o fim específico do pagamento destas professoras.

Então, o que está acontecendo é isto, é apenas a demora, apenas o entendimento, porque Londrina, nós inclusive trouxemos o problema, estávamos esta semana em Londrina visitando a Varta, onde lá também, 7 professoras estão nas mesmas condições.

Conversávamos com estas professoras, com a direção desta escola, e tentamos entendimentos na Capital, para sabermos

junto à Fundepar, da data prevista para a liberação desse auxílio, que sempre acontece aproximadamente em agosto ou setembro.

E tem ocorrido em muitos municípios do Paraná, carentes de recursos, de que, a Secretaria da Educação e da Cultura tem antecipado já 40 por cento desta verba, para que as Prefeituras possam fazer frente à despesa ...

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) - Esta Presidência adverte o nobre orador, que lhe resta apenas 1 minuto.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, o tempo é escasso no encaminhamento da votação, e eu já não pretendia discutir a matéria porque seria transferida e, entendia que devíamos aprová-la ainda hoje, porque não vejo mal algum nas respostas.

Então, apenas me limitarei à conclusão porque tenho a impressão que a minha idéia principal já deu para ser entendida, que se refere à diretora daquele estabelecimento de ensino, que é a Sra. Alzira Carvalho Freitas.

Devo dizer, que a mesma apenas vem respondendo pela direção daquele estabelecimento de ensino, por não ter habilitação suficiente para que possa ter sido designada para a função, e como consequência, não há condição do recurso orçamentário para se pagar uma diretora que não tenha um ato designatório e nem reúne as condições; evidentemente é uma Senhora que tem se portado bem, tem dado tudo de si mas, não possui ainda habilitação suficiente, não pode ter a sua designação, e apenas responde pela direção da escola.

Apenas o esclarecimento, para dizer que, de qualquer forma votaremos favoravelmente à matéria, para as explicações que a Secretaria da Educação possa oferecer.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de Posto de Saúde no distrito de Juvionópolis, município de Cascavel.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Especial, integrada por cinco Srs. Deputados, para ao final de 60 (sessenta) dias de sua instalação, oferecer subsídios e sugestões, visando minorar o problema relacionado com trânsito.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que informem sobre estudos realizados entre o município e o Estado, concernente às obras de construção da nova Delegacia de Polícia, Cadeia Pública e Instituto Médico Legal, como também uma nova instalação para o DETRAN de Ponta Grossa.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre um rol de questões, relativamente ao art. 138, da Lei Complementar n.º 2.- Em discussão.- Encerrada a discussão.- Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI (Para encaminhar à votação). Sr.

Presidente, inicialmente devo afirmar que votarei favoravelmente ao Pedido de Informações do eminente Deputado Enéas Faria; todavia, Sr. Presidente, para que não se cometa injustiças prejudgando o Prefeito Municipal de Bandeirantes quando pretende solicitar do Sr. Governador do Estado, apresentando um trabalho exaustivo, técnico, completo, em que procura informar das condições que Bandeirantes possui para se

transformar em cidade balneária hidromineral, que não se afirma que S. Exa. pretende com esta medida, fugir ao referendo popular, na escolha do mandatário municipal.

Inicialmente devo afirmar, Sr. Presidente, que, o Prefeito Municipal atende o que preconiza no capítulo 4.º, art. 138, à Lei Orgânica dos Municípios votada por esta Casa de Leis.

Um trabalho completo, técnico.

Aquele município encaminhou ao Sr. Governador do Estado, como sugestão, um ante-projeto de lei, se poderia ser chamado, e que tem, e eu tive a oportunidade de manusear o trabalho, o apoio não só do Executivo Municipal, mas do Legislativo Municipal, dos clubes de serviços, das entidades religiosas, da Maçonaria, e afirma o Prefeito Municipal que desde 1941, se procura fazer valer a idéia da criação do primeiro município, estância hidromineral no Estado do Paraná.

Todos nós sabemos que em São Paulo, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, dezenas de municípios sede estância hidro-mineral, carregam divisas com o turismo que propiciam.

Em Bandeirante, tem a qualidade da sua água a Água Mineral Yara, comparada às de Carlsbad da Tchecoslováquia, e o trabalho que mereceu o patrocínio do Dr. Benedictus Mário Mourão, que é renomado médico dermatologista da cidade de Poços de Caldas e que é atual Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Termalismo, portanto, reconhecido cientista, conforme atesta o curriculum vitae juntado a este trabalho.

Ele elaborou um acurado estudo sobre as termas Yara, e procura o município de Bandeirantes, fugir do eixo da BR-277, Curitiba-Ponta Grossa, Fôz do Iguaçu, e de resto, o litoral paranaense ainda pobre em oferecer condições para os turistas.

Procura Bandeirantes sediar naquela cidade paranaense, num raio de 200 km uma estância, capaz de propiciar aos moradores de cerca de 150 municípios deste raio de ação, condições de veraneio condizente hoje, com as exigências do brasileiro.

E por esta razão, para desagrar o Prefeito Municipal, do pretense desejo de fugir ao referendo popular de uma eleição, é que dou as informações que tenho em mãos, Sr. Presidente.

E gostaria realmente, que o Sr. Deputado Enéas Faria confirmasse num futuro próximo as nossas acertivas.

Porque de posse da mensagem do Executivo Municipal de Bandeirantes, do projeto que insere aspectos históricos geográficos, aspectos econômicos, estrutura e infra-estrutura e também de aspecto jurídico, o Sr. Governador pudesse, como deverá determinar à sua assessoria técnica, que informe sobre se, a pretensão deve merecer guarida do Executivo, para que o Executivo, se considerar válida a pretensão, encaminhe para a Assembléia Legislativa uma Mensagem propondo a criação do Município de Bandeirantes, como estância hidromineral.

Foram estas as razões que motivaram a comunidade de Bandeirantes a encaminhar a solicitação e nenhuma outra porque, segundo entendimento da ARENA no Estado, o nosso Partido naquela cidade já teria assegurada, por antecipação, a vitória nas eleições de novembro deste ano.

Obrigado.- (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Continua em votação o requerimento do Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA (Para encaminhar à votação). Sr. Presidente, é mais para agradecer a gentileza e a presteza do eminente Deputado Ivo Thomazoni em trazer alguns elementos informativos a respeito desta questão.

Evidentemente, Sr. Presidente, prefiro não fazer coro com S. Exa. quando usa, eleitoralmente, o "slogan" já tão

batido, de "já ganhou". Prefiro acreditar na liberdade, na independência, na consciência do povo que deverá ocorrer às urnas e escolher o candidato que seja o melhor, seja do meu ou do seu Partido.

Vejo, Sr. Presidente, que a condição do líder do Governo é bem atendida, é bem cuidada pelo Poder Executivo, pelo Governo do Estado, porque em questão de minutos chega às mãos do eminente líder o estudo preliminar a respeito da questão.

Isto me tranquiliza o espírito porque, a par do requerimento de informações, tenho a certeza de que, numa demonstração de deferência, amanhã mesmo o Sr. Governador fará chegar a esta Casa os estudos que o Líder da ARENA ainda não tem. E, quando não seja às minhas mãos, fará chegar à Comissão Técnica da Casa, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que terá melhores condições, de lá iniciar os estudos a respeito.

O SR. PRESIDENTE — Del Ciel) Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO — dos projetos de Resolução 23/76 e de Lei 163/75 e 06/76.

2ª DISCUSSÃO — dos projetos de Resolução 24/76, 25/76, 26/76, e de Lei 30/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 27/76, 141/73 e 03/76.

Levanta-se a Sessão.

### DECRETOS LEGISLATIVOS

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 183/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 835, de 09 de fevereiro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a ELENÍ SILVEIRA, matrícula 326, ocupante do cargo de nível PL "22", de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 14 de abril de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 184/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 13283, de 30 de dezembro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE

I — contar, para todos os efeitos legais, em favor de ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS, matrícula 053, ocupante do cargo de nível PL "30", de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses

de serviço público estadual, correspondente ao dobro das férias não gozadas em 1972, 1973 e 1975.

II — conceder à mesma funcionária, mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 28 de maio de 1974, data em que com a contagem em dobro das férias de 1972 e 1973, completou dez anos de serviço público, perfazendo dez por cento de adicionais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 185/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1109, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts. 2º e 4º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, matrícula 031, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1957, 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 28 de fevereiro de 1968, e 25 de dezembro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1957, 1968, 1970 e 1971, contadas em dobro; e, III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei, a partir de 25 de dezembro de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 186/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 892, de 11 de fevereiro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a ZENO PACIORNIK, matrícula 411, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 29 de fevereiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 187/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 406/76, de 22 de janeiro de 1976,

R E S O L V E:

conceder a ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, matrícula 025, ocupante do cargo de Advogado nível PL "30", do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 18 de setembro de 1974, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 188/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1349, de 04 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — Mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ÊNIO MEDEIROS, matrícula 010, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 01 de janeiro de 1972 e 01 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, e 1974, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei antes invocada, a partir de 29 de janeiro de 1976, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 189/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 709, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art.

150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IVO GUSSO, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, matrícula 264, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 190/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o número 1084, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SÉRGIO ZACARIAS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula 406, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 191/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1242, de 24 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELITA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 343, ocupante do cargo de nível PL "22", de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário